



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JAQUES ANTONIO DE TOLEDO

**AS PRÁTICAS CLIENTELISTAS NO LEGISLATIVO CHAPECOENSE:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DOS
VEREADORES 2013-2015**

**CHAPECÓ
2017.**

JAQUES ANTONIO DE TOLEDO

**AS PRÁTICAS CLIENTELISTAS NO LEGISLATIVO CHAPECOENSE:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DOS
VEREADORES 2013-2015**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de
grau de Licenciatura em Ciências Sociais da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Monica Hass

**CHAPECÓ
2017.**

Toledo, Jaques Antonio de.

AS PRÁTICAS CLIENTELISTAS NO LEGISLATIVO
CHAPECOENSE: limites e possibilidades de atuação dos
Vereadores 2013-2015/ Jaques Antonio de Toledo. – 2017.

72f.: il.

Orientador: Monica Hass.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade
Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais,
Chapecó, SC, 2017.

1. Eleitor. 2. Clientelismo. 3. Vereador. 4. Trocas. 5. Favores.
6. Executivo. I. Hass, Monica, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III Título.

JAQUES ANTONIO DE TOLEDO

**AS PRÁTICAS CLIENTELISTAS NO LEGISLATIVO CHAPECOENSE: LIMITES E
POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DOS VEREADORES NO BIÊNIO 2013-2015**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof^ª. Dra. Monica Hass

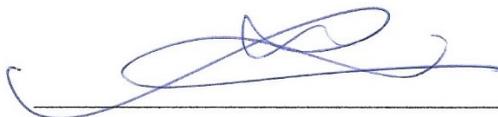
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
03/03/2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dra. Monica Hass

Universidade Federal da Fronteira Sul



Prof. Dr. José Carlos Radin

Universidade Federal da Fronteira Sul



Prof. Me. Alexandre Mauricio Matiello

Universidade Federal da Fronteira Sul

Dedico este trabalho à minha família, pois ela sim segurou as pontas durante a caminhada. Irmãos, tios e tias, avó, afilhados (as), meu pai e minha mãe. Dedico também a todas as pessoas que me deram força desde o início e me animaram para que não perdesse meu objetivo. Também dedico àqueles que não deixaram de acreditar em mim: mestres, colegas de academia e amigos.

AGRADECIMENTOS

A nossa luta e de muitos companheiros que desde no início da militância secundarista acreditaram no sonho de ter uma universidade pública;

A luta dos movimentos sociais e das lideranças políticas que acreditaram e lutaram para que essa universidade pública fosse aqui e para nós, povo trabalhador;

Ao Presidente Lula e a Presidenta Dilma por acreditarem que pobre também pode ser doutor;

Agradeço a persistência de cada lutador e lutadora e que ainda iremos lutar muito para que A UFFS se concretize além do papel como Universidade Popular;

Agradeço aos colegas pela convivência, pelas muitas horas de estudo, pelas confraternizações e pelas amizades verdadeiras que manterão por longos anos;

Pelos mestres, professores, educadores, cientistas sociais, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos por proporcionarem uma troca de conhecimento e pela valorosa contribuição em nossa formação acadêmica;

Ao Marx, Durkheim e Weber. Certamente as Ciências Sociais seria outra sem suas contribuições para academia;

Seria um tanto contraditório como cientista social agradecer a Deus. Mas como indivíduo e cristão, agradeço a Deus por me dar a oportunidade da vida e seguir os ensinamentos de Dom José Gomes na luta em defesa do povo mais oprimido.

Há cobras também no seio da política. Você vota, ela se volta e pica. O pior é que o faz com autoridade! Usa da cláusula da representatividade, que o contrato da eleição estabelece. O eleitor que vota e se esquece que deu a alguém o poder de governar, corre o risco de a si mesmo condenar, a obedecer às leis que nem conhece. (Trechos da Carta de Amor 181 – Ademar Bogo).

RESUMO

Se por um lado o papel do legislativo concerne nas definições legais e regimentais; de outro, o papel do vereador perpassa isso, é algo mais amplo. A maioria dos vereadores de Chapecó utiliza-se da função de assessoramento as bases eleitorais e partir disso constrói uma rede trocas entre vereador, eleitor e executivo estabelecendo o comportamento político institucional atual. Essa prática clientelista de trocas eleitorais em Chapecó vem desde o período coronelista com predomínio do mandonismo local. A prática clientelista do vereador em sua atuação legislativa acaba sendo fator determinante em função da sua limitação no espaço legislativo e subordinação da maioria dos vereadores ao executivo municipal. Essa troca do apoio ao executivo na Câmara é dada mediante a forma como os pedidos são atendidos tornando essa prática clientelista mais clara e direta, pois seu acesso ao prefeito, secretários e departamentos torna-se diferenciada e o encaminhamento terá prioridade. Por mais impessoais que sejam as trocas e as práticas clientelistas andam concomitantemente com a atuação dos vereadores e as relações por eles estabelecidas buscando de fato constituir relações para permanecer neste espaço de poder. Dessa forma, se constrói uma relação de “obrigatoriedade” entre vereador, eleitor e executivo, ao fato de que o vereador é “obrigado” a retribuir o atendimento do executivo, o qual a maioria das vezes está condicionada ao voto favorável no legislativo, e por parte do eleitor, a obrigação de retribuir com o voto na próxima eleição em função de que foi atendida a sua solicitação, pedido, favor etc.

PALAVRAS-CHAVES: Eleitor – clientelismo – vereador – trocas – favores - executivo

ABSTRACT

If on the one hand the role of the legislature concerns legal and regimental definitions; On the other hand, the role of the councilman pervades this, is something broader. Most of the councilmen of Chapecó use the function of advising the electoral bases and from this it builds a network exchanges between councilman, elector and executive establishing the current institutional political behavior. This clientelist practice of electoral exchange in Chapecó has been going on since the colonelist period with a predominance of local bosses. The clientelist practice of the councilman in its legislative action ends up being a determining factor due to its limitation in the legislative space and subordination of the majority of councilmen to the municipal executive. This exchange of support for the executive in the House is given through the way the requests are met making this clientelist practice more clear and direct, since its access to the mayor, secretaries and departments becomes differentiated and the referral will take priority. However impersonal the exchanges and practices of patronage go hand in hand with the actions of the councilors and the relations established by them, seeking in fact to establish relations to remain in this space of power. Thus, a relationship of "obligatoriness" between councilor, elector and executive is built, to the fact that the councilman is "obliged" to return the attendance of the executive, who most of the time is conditioned to the favorable vote in the legislature, and On the part of the voter, the obligation to pay back with the vote in the next election due to the fulfillment of his request, request, favor, etc.

KEYWORDS: Voter - clientelism - councilman - exchanges - favors - executive

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Sexo.....	28
Gráfico 2 Faixa Etária	29
Gráfico 3 Instrução escolar	29
Gráfico 4 Profissão.....	30
Gráfico 5 Participação Social.....	31
Gráfico 6 Representação Partidária.....	32
Gráfico 7 Função do Vereador	33
Gráfico 8 Foco do Mandato	38
Gráfico 9 Divisão das Base Eleitorais.....	40

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS	13
1.2	JUSTIFICATIVA.....	13
2	DAS PRÁTICAS DO CORONELISMO AO CLIENTELISMO ATUAL	16
3	CONTEXTO HISTÓRICO DA CÂMARA DE VEREADORES	20
3.1	DE CÂMARAS LOCAIS ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS	20
3.2	HISTÓRICO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ	23
3.3	PERFIL DOS VEREADORES DA 17ª LEGISLATURA.....	27
4	O COTIDIANO DO TRABALHO DO VEREADOR	33
4.1	O PAPEL DO VEREADOR	33
4.2	A BASE ELEITORAL COMO FOCO DA ATUAÇÃO DO VEREADOR	38
4.3	CONDIÇÕES PARA O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ELEITORAIS	43
4.4	DEMANDAS E PRÁTICAS CLIENTELISTAS NA RELAÇÃO COM OS ELEITORES	46
4.5	RELAÇÃO CLIENTELISTA DO VEREADOR COM O EXECUTIVO	53
4.6	SUBORDINAÇÃO DO LEGISLATIVO AO EXECUTIVO	54
4.7	RELAÇÃO ENTRE O VEREADOR E O EXECUTIVO NO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	APÊNDICE	69

1 INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é analisar o papel do legislativo a partir da percepção dos vereadores, tendo presente os limites e possibilidades da atuação dos vereadores de Chapecó da 17ª legislatura (entre 2013-2015) destacando-se a prática clientelista em sua atuação. Essas práticas entre parlamentar e eleitor sempre existiram e se tornam cada vez mais presentes, embora tenham se adaptado aos novos tempos.

A prática clientelista estabelece, portanto, o comportamento político institucional onde a busca pela manutenção do espaço de poder exige que o parlamentar crie vínculos com suas bases eleitorais a fim de encaminhar as demandas solicitadas ao mesmo tempo em que busca, através do voto dos eleitores, à retribuição pelo atendimento da demanda encaminhada. Na Câmara de Vereadores de Chapecó – SC não tem sido diferente, pois as relações estabelecidas pelos seus vereadores com as suas bases eleitorais e com o poder executivo, demonstra como as práticas clientelistas estão presentes no seu cotidiano. Afim de responder aos objetivos do trabalho busquei, primeiramente, contextualizar o poder legislativo chapecoense identificando nele os elementos históricos da sua criação, da composição e de sua representatividade. A partir disso pretendi compreender como se dá o processo de relação do vereador com a sua base eleitoral e as principais demandas levantadas pelos eleitores e, por fim, problematizar sobre as relações clientelistas estabelecidas entre vereador, eleitor e poder executivo no município de Chapecó que estão condicionadas para sua continuidade no legislativo municipal.

Minha pesquisa parte de duas hipóteses: 1) práticas clientelistas se estabelecem na Câmara Municipal de Chapecó a partir da figura central do vereador nas relações com o eleitorado¹ e com o executivo municipal. 2) o limite da câmara de vereadores na produção legislativa no que diz respeito a elaboração de leis resulta nas práticas clientelistas que se estabelecem entre o vereador, eleitores e o executivo.

A metodologia utilizada neste trabalho envolveu a pesquisa qualitativa através de pesquisa bibliográfica e documental e entrevista semiestruturada, dialogada e gravada com dezenove vereadores do município de Chapecó, com prévia autorização do entrevistado e declaração de sigilo no uso das informações de pesquisa, buscando, dessa forma, as percepções e entendimento sobre a natureza geral do objeto de pesquisa e, conseqüentemente, abrindo espaço para a interpretação e análise. Os nomes dos entrevistados utilizados neste trabalho são fictícios e todos os vereadores serão representados pelo sexo masculino com o objetivo de

¹Termo utilizado para referenciar o conjunto de eleitores do município de Chapecó.

proteger a identidade e os partidos dos mesmos, tendo em vista que na composição atual tem apenas uma mulher vereadora e a maioria dos partidos contam com apenas um representante na Câmara. Também utilizei neste trabalho de métodos quantitativos, tendo em vista que a partir das entrevistas quantifiquei os dados coletados e elaborei gráficos para apresentar os resultados no que diz respeito ao perfil dos Vereadores da Câmara Municipal de Chapecó, dentro do período analisado.

Para o desenvolvimento desta pesquisa busquei, primeiramente, o contato com as leituras sobre o tema para o desenvolvimento da primeira parte deste trabalho, que foi concluído com a elaboração do projeto de pesquisa. Na segunda parte do trabalho aprofundi essas leituras para elaboração do referencial teórico em conjunto com o trabalho de campo.

Este trabalho de campo, diz respeito a pesquisa documental e bibliográfica através da qual busquei informações sobre a função do vereador como o Regimento Interno da Câmara Municipal de Chapecó, Lei Orgânica Municipal, histórico da câmara de vereadores e a realização de entrevistas com os vereadores. Na sequência desenvolvi o texto a partir do referencial teórico sobre o tema discutido neste projeto e a análise de dados e informações coletados.

Estruturei este trabalho em quatro capítulos: no primeiro capítulo busquei contextualizar como as práticas clientelistas aparecem no processo político, apresentando os principais conceitos de clientelismo; no segundo capítulo, dedico-me a apresentar a Câmara de vereadores. Neste capítulo apresento um histórico da Câmara, sua representatividade atual e o perfil dos atuais vereadores. No terceiro capítulo analiso o cotidiano dos vereadores nos seguintes aspectos: função, atendimento, relação com a base eleitoral, demandas e ações, limites e possibilidades de atuação; no quarto e último capítulo, procuro contextualizar as relações entre vereador e executivo municipal, o atendimento as demandas dos eleitores, relação dos vereadores com os órgãos do executivo e a dependência do legislativo em relação ao executivo. Por fim, desenvolvo as considerações finais deste trabalho partindo da hipótese da pesquisa e de como ela se desenvolve dentro do processo de relações que são construídas pelos vereadores nos dias de hoje.

1.1 OBJETIVOS

Geral

Analisar o papel do legislativo a partir da percepção dos vereadores, tendo presente os limites e possibilidades da atuação dos vereadores de Chapecó da 17ª legislatura (2013-2015) destacando-se a prática clientelista em sua atuação legislativa.

Objetivos específicos

- a) Contextualizar o poder legislativo chapecoense;
- b) Caracterizar o perfil dos vereadores;
- c) Apresentar quais são as funções do vereador;
- d) Analisar as relações entre o vereador e a sua base eleitoral;
- e) Identificar as demandas levantadas pelos eleitores;
- f) Problematizar as relações clientelistas estabelecidas entre vereador, eleitor e poder executivo no município de Chapecó;

1.2 JUSTIFICATIVA

A escolha pelo tema da política local foi motivada pela minha passagem pelo legislativo chapecoense em 2014. Nessa curta passagem, pude observar de perto que a atuação do vereador está pautada fundamentalmente a partir da função de assessoramento. E é a partir daí que acontece os desdobramentos entre a demanda levantada pela base eleitoral e a relação de troca que se estabelece entre vereador, eleitor e executivo. Outro fator determinante é de que a reação e lembrança da atuação do vereador a partir das bases eleitorais estão mais presentes nas demandas encaminhadas a partir da função de assessoramento do que da discussão e aprovação de um projeto que seja de interesse da cidade toda. Trago como exemplo para demonstração a aprovação e construção de uma lombada que é lembrada com mais importância porque resolve a demanda prática e cotidiana do eleitor, diferentemente de um projeto não aprovado pelo legislativo mas que teria uma importância para toda a cidade.

Um olhar acadêmico fora da câmara de vereadores me faz estabelecer um diálogo entre a teoria política e a prática da vereança, que dentro do espaço legislativo dificilmente se conseguiria fazer em função da lógica, do tempo e do espaço no qual estamos inseridos, além das funções que são atribuídas ao vereador. Neste sentido, considero importante refletir sobre o

papel do atual legislativo tendo presente os limites e possibilidades de atuação na Câmara Municipal de Chapecó. Dessa forma busco problematizar como as práticas clientelistas são condicionantes para a manutenção do vereador no espaço legislativo ao longo do tempo e que ainda continuam presentes em sua atuação.

O estudo sobre as práticas clientelistas tem sido objeto de diversas pesquisas no meio acadêmico. Esses estudos apontam para uma relação existente na perspectiva teórica nos pequenos municípios e estão diretamente ligados às práticas dos vereadores em muitos municípios brasileiros, a exemplo do que é apresentado por Kuschnir no Rio de Janeiro (2000), Lopes em Araruama (2004) e Pase no Rio Grande do Sul (2012). O tema dessa discussão envolvendo os legislativos municipais tem ganhado mais espaço na literatura especializada a partir de uma definição da ciência política (SILVA, 2013) e neste sentido faz-se necessário aprofundar as práticas clientelistas no Município de Chapecó.

No que diz respeito aos estudos em Chapecó, Hass² e Bellani³ são referências neste trabalho a fim de compreender o processo político histórico do município. No entanto, essas autoras não analisam especificamente as práticas clientelistas que se estabelecem a partir do cotidiano do vereador e como estas contribuem para a sua continuidade no legislativo chapecoense, fortalecendo dessa forma seu projeto particular ou partidário.

Tocqueville, *apud* Miguel (2003, p.116), ao problematizar sobre como os homens chegam às funções políticas, afirma que “os homens, de certa forma, só chegam às funções por acaso e não têm nenhuma segurança de que se manterão nelas” (MIGUEL, 2003, p. 116). Ou seja, para manter-se,

[...] neste espaço necessita criar e estabelecer relações que permitam um futuro vitorioso seja no que diz respeito ao êxito enquanto vereador ou de uma provável reeleição ou ainda, de uma candidatura a outro cargo, até mesmo porque dentro de uma “estrutura da carreira política, o cargo de vereador ocupa a base, sendo a posição eletiva de menor prestígio político”. (MIGUEL, 2003, p. 116).

² Hass em 2001 apresenta em “Os partidos políticos e a Elite Chapecoense: um estudo de poder local” de 1945-1965. Neste trabalho, a autora trata de forma objetiva a partir dos partidos políticos, as relações de conflitos e acordos entre a elite chapecoense. Hass parte da premissa de que a ação político partidária reflete nas relações de poder local e estuda a dinâmica dos processos eleitorais de 1945-1965, demonstrando como as agremiações políticas atuavam no legislativo para beneficiar a elite econômica e política local apontando a prática clientelista neste período.

³ Bellani (2003) apresenta em seu livro Vereador: Sujeito histórico no poder legislativo de Chapecó SC, “considerações significativas para a historiografia de Santa Catarina quando analisa a estrutura político administrativo chapecoense apresentando elementos teóricos sobre o processo de constituição da CMC”. Neste trabalho, a autora vai discorrer sobre aspectos políticos da CMC entre 1917 a 1967.

Sabemos que as ações do vereador se dão cotidianamente a partir das relações já construídas e aquelas que se estabelecem durante o mandato, seja ela entre os pares, com o eleitorado e com o executivo através dos órgãos competentes para manter-se no espaço de poder.

Quanto à importância dos estudos sobre o clientelismo, Souza Junior afirma que,

[...] sua visibilidade está condicionada pelas mudanças ocorridas e percebidas em todos os fatores que compõem a relação clientelista: o cliente, que é o cidadão investido da capacidade formal de agente ativo do processo político; o patrono, que é o intermediário das ações do Estado; e o móvel, que se constitui em necessidades ou demandas formuladas a partir dos indivíduos/cidadãos na expectativa de atendimento por parte das instâncias e possibilidades do Estado. (SOUZA JUNIOR, 2008, p.12).

Acreditando na importância do tema para a atualidade das discussões sobre o legislativo municipal, o presente trabalho pretende contribuir para o processo de discussão sobre a política local e dar ênfase de como as práticas clientelistas ainda estão presentes nas relações construídas pelos vereadores no município de Chapecó.

2 DAS PRÁTICAS DO CORONELISMO AO CLIENTELISMO ATUAL

Nos estudos sobre poder local no Brasil predominam os que relacionam o clientelismo ao sistema coronelista (CARVALHO, 1997). Neste sentido, apresento neste capítulo elementos teóricos do clientelismo aplicados a política local relacionando-os ao sistema coronelista que ainda está presente no cenário nacional e no município de Chapecó como veremos neste trabalho.

No Brasil o coronelismo e as práticas clientelistas foram se modificando de acordo com os novos contextos políticos, econômicos e sociais (sofrendo transformações ao longo dos tempos), persistindo, dessa forma, no comportamento político institucional de hoje (HASS, 2015).

Para Hass (2015, p. 330), as práticas políticas adotadas ao longo dos anos, entre elas, o clientelismo, “remontam a uma cultura política tradicional herdada do Brasil Colonial, raiz do coronelismo, aprofundado como sistema nacional de poder durante a República e faz parte da estruturação do Estado e da sociedade brasileira”.

No período colonial a política municipal teve um papel preponderante para o conjunto da vida política nacional. Os municípios passaram a ser dominados por chefes locais, ou seja, pelos coronéis, em um contexto de inexistência da figura do prefeito e existência apenas das Câmaras Municipais como órgãos de representação política desde o período Colonial. Leal, *apud* Carvalho (1997, p. 1), afirma que um novo fato político, o federalismo, implantado pela República em substituição ao centralismo imperial, criou “um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado” abalando o poder político local dos coronéis que já se encontravam enfraquecidos em suas bases eleitorais em função da sua decadência econômica.

E é nesse novo contexto, com a implantação da “política dos governadores” durante a Primeira República, no governo de Campos Salles, que o coronelismo se fortalece enquanto sistema nacional, envolvendo uma rede de poder que vai do coronel ao presidente da República, visando à vitória eleitoral. É nesse período também que o clientelismo passa a envolver a barganha entre governo e coronéis como afirma Carvalho,

[...] o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. (CARVALHO, 1997, p. 2).

Para Janotti (1981), o coronel era identificado como “um chefe político, de reconhecido poder econômico, que conseguira apoio e prestígio junto ao governo estadual, na razão direta de sua competência em garantir eleições situacionistas”. Neste caso, “o ‘coronel’ seria então o chefe político local, encontrado principalmente na época da Primeira República, que ligava-se com os governos estaduais, em troca de liberdade de ação e que transferia “votos de cabresto” aos candidatos do oficialismo (JANOTTI, 1981, p.41).

O coronelismo, sistema pelo qual se sustenta a prática clientelista na política brasileira, é apontado por Carvalho (1997, p.1) “como práticas de um sistema político que se estabelece numa complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos que surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica”.

Referindo-se ao coronelismo, Leal (2012) destaca que,

[...] é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 2012, p. 5).

Carvalho (1997) afirma em seu artigo “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”, que com a criação do Estado Novo em 1937 se enterra o sistema coronelista, enquanto sistema nacional de poder. Mas, em um texto publicado em 2001, afirma que os coronéis não deixaram de existir, se adaptaram aos novos tempos e fazem parte de um sistema clientelístico nacional. Carvalho revê essa posição em 2001, quando fala em novo coronel.

[...] quando eu falo em coronéis uso a parte pelo todo. O coronel de hoje não vive num sistema coronelista que envolvia os três níveis de governo, não derruba governadores, não tem seu poder baseado na posse da terra e no controle da população rural. Mas mantém do antigo coronel a arrogância e a prepotência no trato com o adversário, a inadaptação às regras da convivência democrática, a convicção de estar acima da lei, a incapacidade de distinguir o público do privado, o uso do poder para conseguir empregos, contratos, financiamentos, subsídios e outros favores para enriquecimento próprio e da parentela. Tempera tudo isso com o molho do paternalismo e do clientelismo distribuindo as sobras das benesses públicas de que se apropria. Habilidade, ele pode usar máscaras, como a do líder populista, ou do campeão da moralidade. Para conseguir tudo isso, conta hoje, como contava ontem, com a convivência dos governos estadual e federal, prontos a comprar seu apoio para manter a base de sustentação, fazer aprovar leis, evitar investigações indesejáveis”. (CARVALHO, *apud* HASS, 2015, p.323).

A literatura sobre o clientelismo é extensa, e, segundo Carvalho (1997, p.2), o conceito de clientelismo “foi sempre empregado de forma frouxa” e controversa na literatura nacional e internacional. De modo geral, o clientelismo “indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (Ibid).

Carvalho afirma que “qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual. No caso do clientelismo político, [...] o Estado é a parte mais poderosa. É ele quem distribui benefícios públicos em troca de votos ou qualquer outro tipo de apoio que necessite” (CARVALHO, 1997, p.6). Ou seja, os cofres públicos são a principal origem do dinheiro que financia a prática clientelista que envolve a tripla relação entre eleitor, vereador e executivo. Portanto, expressa relações pessoais entre um sujeito de posição social mais elevada e outro de situação inferior, e funda-se em preceito informal a partir do qual o patrão oferece benefícios, não necessariamente econômicos, em troca da lealdade política do cliente. Portanto, “trata-se de troca de favores por subordinação política ou da oferta de recursos em troca de votos quando no plano eleitoral” (DIAS, *apud* PASE, 2012, p.187).

Para Nunes o clientelismo pode ser definido como

[...] um sistema de controle do fluxo de recursos materiais e de intermediação de interesses no qual não há número fixo ou organizado de unidades constitutivas. As unidades constitutivas do clientelismo são agrupamentos, pirâmides ou redes baseados em relações pessoais que repousam em troca generalizada. As unidades clientelistas disputam frequentemente o controle do fluxo de recursos dentro de um determinado território, a participação em redes clientelistas não está codificada em nenhum tipo de regulamento formal, os arranjos hierárquicos no interior das redes estão baseados em consentimento individual e não gozam de respaldo jurídico. (NUNES, 2003, p. 63).

Ou seja, o clientelismo “é a utilização da máquina pública pelo titular do poder, visando satisfazer interesses pessoais através da concessão de benefícios a terceiros que, em razão deles, ficam politicamente vinculados com aquele que lhe prestou o favor, devendo, portanto, retribuir o que lhe foi concedido” (FERREIRA, 2014, p.3). Para Bahia (2003, p. 33), o clientelismo se manifesta em todos os modos de poder e “o clientelismo será caracterizado como um tipo de troca política assimétrica, partindo de uma teoria da troca política como possuidora de traços particulares com relação às trocas sociais ou econômicas”. Dessa forma, “reproduzem práticas políticas tradicionais que podem funcionar como freio ou limites para possíveis avanços em prol do aprimoramento e aperfeiçoamento institucional na direção da consolidação de uma vida democrática” (OLIVEIRA, 1999, s.p).

No entanto, Pase (2012) defende uma distinção entre as práticas clientelistas tradicionais e institucionais⁴. Por um lado, “demanda de um caráter essencialmente público, que normalmente não poderia ser obtido por meio do mercado; e de outro, por aqueles que administram ou que possuem acesso aos que decidem sobre a concessão desse serviço”. Segundo Kuschnir (2000) as práticas clientelistas estão embasadas em trocas de favores entre sujeitos (neste caso, vereador, eleitor e executivo municipal). Assim, as relações de troca ocorrem por meio de uma moeda política, cujo débito provavelmente será cobrado na próxima eleição.

⁴No primeiro caso, estabelece-se uma relação desigual de fidelidade entre o cliente que busca bens e favores, e o político que detém os recursos estatais e civis voltados para a promoção dos benefícios individuais. No segundo caso, a estrutura decisória mais ampla, representada pelo Estado em sua totalidade, exerce o papel de patrão e de mediador ao mesmo tempo, buscando dar legalidade a sua forma de dominação (BIASON, *apud* PASE, 2012, p. 188).

3 CONTEXTO HISTÓRICO DA CÂMARA DE VEREADORES

3.1 DE CÂMARAS LOCAIS ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS

Na história do Brasil as Câmaras Municipais representaram o poder local das vilas no período colonial. Essas Câmaras surgiram em função da necessidade que a Coroa portuguesa tinha em controlar e organizar as cidades e vilas que se desenvolviam no Brasil. Elas eram peças fundamentais da administração colonial, pois a Coroa encontrava dificuldades para administrar diretamente esses locais. “O máximo de participação política que a Colônia conseguiu praticar foi por meio das Câmaras Municipais, a mais antiga instituição política de nosso País, assim mesmo sendo uma participação restrita a bem poucos” (BARBOSA, 2015, s.p).

A instalação de Câmaras locais era obrigatória para a formação do município (Vilas) por ato da "autoridade régia". Para Oliveira (1999, s.p), em casos raros, “o estímulo para a instalação de Câmaras locais não buscava a autonomia, mas a subordinação do município, pois este era submetido, como braço administrativo, à centralização monárquica”.

Assim como observa Bellani (2003), as Câmaras Municipais Brasileiras têm seu histórico vinculado à colonização portuguesa.

Na época do reinado os Municípios tinham os Juizes, os Vereadores e outros dignatários eleitos, anualmente, com responsabilidades político-administrativas sobre o núcleo urbano, independentemente de seu contingente demográfico e territorial. [...] Dentre as atribuições estabelecidas pela corte portuguesa, os Vereadores eram obrigados a se reunirem duas vezes por semana, as quintas e aos sábados, sob pena de pagarem multas. (BELLANI, 2003, p.22).

Para Caio Prado Junior, *apud* Silva (2011, p. 39), “as municipalidades sofrem ingerência do rei, de governadores, ouvidores e corregedores de Comarca, mas elas também interferem nos assuntos gerais”. Dessa forma, as “Câmaras exerceriam tanto funções gerais quanto locais, mas, no geral, elas funcionariam como apêndice ou órgão executivo local do governador da capitania; seria uma espécie de departamento administrativo do Governo Geral” (SILVA, 2011, p. 39).

Outro aspecto importante no resgate histórico das Câmaras diz respeito as influências do coronelismo e as relações pela qual se estabeleceram os centros de poderes municipais. Independentemente da forma em que o Coronel foi conduzido ao cargo ou função, seu papel era visto como fundamental para o governo imperial uma vez que exercia forte influência sobre o povo.

De acordo com Carvalho (2001, p.1), “o poder colonial não tinha braços suficientes para administrar e delegava aos chefes locais tarefas de governo ou simplesmente deixavam que mandassem como bem entendessem”. Assim, foi criada a Guarda Nacional como uma ferramenta de defesa da Constituição depois da independência e mesmo com a extinção da entidade com a instalação da República, persistiu-se com a denominação de “coronel”, e o “alto título de coronel cabia sempre às pessoas localmente influentes, de confiança dos governos provinciais e central” (HASS, 2015, p.319).

Na concepção de Faoro os ocupantes destes cargos eram:

[...] “Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversão lícitas e ilícitas foram tais “coronéis” os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu designado demotricologicamente o indivíduo que paga as despesas. E assim, penetrou o vocabulário coronelismo na evolução político social de nosso país, particularmente na atividade partidária dos municípios brasileiros”. (FAORO, 2012, p. 622).

A constituição do legislativo brasileiro perpassa pela dominação coronelista do país, onde os coronéis comandavam a obediência de seus jagunços e dependentes, inclusive com o voto-de-cabresto definindo o rumo das eleições. A principal relação estabelecida entre o coronel e seu “povo” e, conseqüentemente, a relação de poder, se dá quase que permanentemente do ponto de vista eleitoral, tendo em vista que, este é o meio pela qual os indivíduos escolhem seus representantes e governantes.

A disputa de poder se deu historicamente entre os próprios coronéis e estes a multiplicavam para com seu eleitorado. A função do coronel para garantir seu espaço de poder em determinada localidade era quantificar o número de eleitores para o candidato que ele defendia. Se o seu candidato fosse bem votado garantia estabilidade na função de coronel. Ou seja, criava-se um rebanho eleitoral que, em função das “qualidades” do coronel, garantiria a eleição do governador.

O coronel, antes de ser um líder político era um líder econômico, e sua política era de total relação com as oligarquias estaduais. Esse fenômeno, na visão de Faoro, se manifesta na relação de compromisso, troca de proveitos entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural. Para Faoro (2012),

[...] o rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra – exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal.

Mais um passo lógico: o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima. (FAORO, 2012, p.700).

Portanto, a relação estabelecida entre o coronel e eleitor era diversificada e ele se apoiava nelas para garantir votos para ele ou para seus pares. Exemplos são: os favores, o coronel paizão, o amigo, etc. e as pessoas tinham uma espécie de “obrigação” com o coronel, porque esse mesmo povo que era “ajudado” tinha a obrigação de devolver o favor ao coronel. Dessa forma, a troca do voto pelo favor era o meio mais justo de manter boa relação com o coronel.

Janotti (1985, p.16), ressalta que “os cargos de vereadores só podiam ser providos pelos “homens bons”- em geral, colonos de fortuna – ou por aqueles que tivessem exercido cargos públicos, desde que de irrepreensível probidade”. Não era qualquer um que votava e nem qualquer um que poderia ser eleito. A vereança era constituída por “uma elite econômica local, sendo em sua maioria proprietários de terras” (Ibid). Ou seja, é possível perceber que a composição das Câmaras municipais se dá através das práticas clientelistas e barganhas políticas, como apresentadas por Leal, tendo em vista que, com a instituição do governador, o mesmo necessitava garantir a relação clientelista com o presidente e conseqüentemente a garantia com os votos nos municípios através da indicação dos chefes locais.

Segundo Janotti (1985) na República, mesmo havendo uma abertura da administração, a política foi dominada pelas oligarquias dos grandes centros de poder.

A constituição de 1891 consagrou o princípio federativo, permitindo a descentralização administrativa, estabelecendo as prerrogativas dos estados e resguardando a autonomia municipal, cabendo, entretanto, regular esta última matéria por lei especial: a Lei Orgânica dos Municípios. Todavia, a plenitude do princípio federativo não foi exercida na prática devido a política das oligarquias, que dele se utilizam de acordo com seus interesses. A intervenção federal nos estados foi uma constante na história republicana, mais comum nos momentos eleitorais em que se decidia a distribuição do poder entre os grupos oligárquicos. (JANOTTI, 1985, p.32).

Somente com a Proclamação da República em 1889 é que o país consegue sua independência, e com a implantação do regime republicano houve um redimensionamento da organização político-administrativa do país, inclusive em relação ao Legislativo. Mesmo com o voto garantido pela constituição, o coronel, que geralmente também era um proprietário de terra, continuou sendo figura chave no processo de controle do voto da população rural. Com a política dos Governadores o poder das oligarquias agrárias aumentou e estados como São Paulo e Minas Gerais conquistaram influência política nacional e governaram o país de acordo com seus interesses.

Durante a era Vargas (1937 e 1945) as casas Legislativas foram novamente fechadas e, por ordem autoritária, o Poder Legislativo dos municípios foi completamente extinto, iniciando sua reabertura somente após a restauração da democracia em 1945, e mesmo passando pelo regime militar entre 1964-1985, as Câmaras Municipais ainda conservam as mesmas características.

A chamada “redemocratização” do Brasil confirmada com a eleição ainda indireta da chapa Tancredo Neves – José Sarney (1985) e com a entrada em vigor da Constituição de 1988 teve o Congresso Nacional como um de seus principais protagonistas. Com a aprovação da mesma, passa a ter papel determinante para a consagração da democracia brasileira, pois ela reconhece o importante papel a ser representado pelo Poder Legislativo. Até então os municípios não eram pertencentes à federação e foram incluídos como componentes da associação federativa do Brasil a partir de 1988, pois os 26 (estados) estados e o Distrito Federal passaram a ser considerados entes federados.

O legislativo também se organizou de forma federada, pois cada estado possuía sua Assembleia Legislativa, o Distrito Federal tinha a Câmara Distrital e os municípios possuíam suas Câmaras de Vereadores (PASE, 2012). Esse sistema federativo implicou numa divisão de competências nos três níveis de governo, entre eles, a competência do legislativo brasileiro. Essas competências estão garantidas constitucionalmente, seja ela em esfera nacional, estadual e municipal de forma organizada.

No entanto, Silva (2013, p. 22) ressalta a dificuldade do Legislativo em desempenhar o seu papel, que é o de legislar, ou seja, criar projetos de lei neste novo contexto. O ordenamento institucional pós-1988 acabou reforçando o poder do Executivo e, em contrapartida, o poder legislativo deixou de exercer sua função de fiscalizar e legislar, na medida em que apenas homologa os projetos políticos concebidos pelo Executivo e em seu interior na burocracia de governo.

3.2 HISTÓRICO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ

No âmbito da política local o coronelismo sempre foi uma característica presente. Chapecó, onde ocorre a presença de coronéis desde a fundação do município em 1917, tornou-se domínio político e econômico das companhias colonizadoras a partir da década de 1920, ressaltando-se a atuação da Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., fundada em 1918 pelo

coronel Agilberto Maia, o coronel Manoel dos Passos Maia e o coronel Ernesto Francisco Bertaso (HASS, 2015, p.324).

Com a Lei Nº 1.147 de 25 de agosto de 1917, a qual criou as unidades político-administrativas do Estado de Santa Catarina, Chapecó passou a ter sua sede administrativa no Passo Bormann (BELLANI, 2003, p. 33), tendo sido nomeado Superintendente Municipal, o coronel Manoel dos Santos Marinho, natural de Passo Fundo, RS. Segundo Bellani (2003, p. 58-59), de 1917 a 1930, a política e a administração de Chapecó foram comandadas por Manoel dos Santos Marinho, Manoel dos Passos Maia (sócio da colonizadora Bertaso, Maia e Cia.), o seu irmão José Maia e o cunhado Justino Alves.

A história da Câmara de Vereadores se confunde com a história do município de Chapecó. Indicado pelo governador Felipe Schmidt, o primeiro poder legislativo – Conselho Municipal de Chapecó - era formado por 5 conselheiros municipais: Octacílio Sperry, João Antunes de Almeida, Octaviano de Almeida Neckel, Carlos Noetzold e Gustavo Gurjão de Campos” (BELLANI, 2003, p. 37). Todos com vínculo comercial e familiar na região do município de Chapecó.

Com os poderes estabelecidos e com representantes escolhidos, “tinham a responsabilidade de estabelecer e definir as ações administrativas e legais ao aparelhamento do município recentemente instalado” (idem, p. 38). Ou seja, as funções de legislativo e executivo eram desenvolvidas praticamente pelas mesmas pessoas, com exceção de que havia um Superintendente Municipal designado a cumprir as funções de executivo. As sessões do legislativo, em função de não ter sede própria, eram realizadas na casa do Superintendente, e o perfil dos conselheiros era de pessoas que conheciam a região e tinham influência no “Velho Chapecó”⁵.

De acordo com Hass (2001, p. 97), “até então, apesar de a família Bertaso estar à frente de várias iniciativas na comunidade chapecoense, não ocupara espaços políticos de relevância. Sabe-se apenas que o cel. Ernesto F. Bertaso foi presidente do Conselho Municipal pelo Partido Republicano, na gestão de José Luiz Maia, em 1927”. A família Bertaso, que dominava economicamente, assume o domínio político da região a partir dos anos 40, quando o filho do coronel Bertaso, Serafim Enoss Bertaso foi nomeado prefeito de Chapecó (Ibid).

A figura do Cel. Bertaso é destacada no oeste catarinense atribuindo-se uma relação paternalista entre ele e os migrantes que a empresa colonizadora trouxe para a região e que,

⁵“Velho Chapecó” - termo utilizado para referenciar o Município de Chapecó antes de sua fundação. (ver Bellani, 2003).

devido ao processo de pendências financeiras e dificuldades de iniciar a vida, acabavam subordinados a empresa Colonizadora, legitimando a sua ação política (Ibid).

A prática de troca de favores e relação paternalista entre os Bertaso e os imigrantes determinava a consolidação desse grupo no poder econômico, político e social da comunidade. Segundo Hass (2015, p. 325)

[...] Os colonizadores/chefes políticos locais prestavam alguns favores à comunidade, como a doação de lotes de terra para obras públicas, facilitavam o pagamento dos lotes de terra, promoviam festas comunitárias, abriam estradas e escolas, preocupavam-se com a instalação de igrejas nas pequenas comunidades, etc..., e recebiam a gratidão, a admiração e o prestígio para manterem o controle político, econômico e social de sua comunidade. O coronel Bertaso é lembrado pelos moradores mais antigos de Chapecó como o coronel “bonzinho, gente boa, um santo homem”. Mas certamente essa não é a visão dos índios e caboclos expulsos pela colonizadora. (HASS, 2015, p. 325).

Com a eclosão da Revolução de 30, o município de Chapecó passou a ter outro quadro do poder local. Nicásio Portela Diniz assumiu como primeiro prefeito no comando municipal como representante da Revolução. Em 1931, o Capitão João Cândido Alves Marinho, foi nomeado por decreto prefeito de Chapecó e também foram nomeados os membros do Conselho Consultivo⁶, composto por Alberto Berthier de Almeida (Coronel) Presidente, Carlos Culmey (colonizador) e Eduardo Machado, membro (BELLANI, 2003, p.60).

No contexto da redemocratização pós Estado Novo, a eleição municipal de novembro de 1947⁷ foi polarizada entre o Partido Social Democrático (PSD) liderado pelos Bertaso e a coligação composta pela União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apoiada pelo Partido de Representação Popular (PRP) que já demonstrava um descontentamento quanto à monopolização do poder local por uma determinada força política consolidada localmente. O PSD venceu a eleição municipal elegendo como prefeito Vicente Cunha e conquistou a maioria das cadeiras na Casa Legislativa.

Em dezembro de 1947 foram empossados os vereadores da 1º legislatura da Câmara Municipal de Chapecó composta por 13 (treze) vereadores, sendo nove vereadores do PSD: Albino Bruxel, Lindolfo Stangler, Luiz Lunardi, Serafim Bertaso, Leonir V. Ferreira, Angelo Rolim de Moura, Euclides Marinho, Fredolino Zimmer e Romualdo A. Cerutti; dois do PTB: José de Miranda Ramos e Arduíno Amaquerle Antonioli, e, dois da UDN: Vicente João

⁶ “O Conselho Consultivo, mecanismo adotado pelo governo após a vitória da Revolução de 30 para administrar os municípios”. (Bellani, 2003, p. 58).

⁷ A primeira eleição ocorrida no município de Chapecó para vereador. Até então os representantes eram nomeados.

Schneider e Izidoro Chapinott. (HASS, 2000, p. 203 e 204). Essa primeira câmara eleita teve o papel de instituir toda a Legislação a nível Municipal, pós Estado Novo.

A primeira câmara eleita no período pluripartidário representava o poder da elite local e o predomínio de segmentos ligados às atividades urbanas. Segundo Hass (2001),

[...] somente um legislador (do PSD), identifica-se com o setor rural (colono). Há um claro domínio dos colonizadores e industriais madeireiros, todos pessedistas – segmentos dominantes na economia do município- no quadro político local. Dos 13 vereadores, sete estavam vinculados a este setor, incluindo o advogado da Cooperativa Madeireira Vale do Rio Uruguai Ltda. (HASS, 2001, p.206).

Mesmo diante de transformações marcantes que a câmara foi sofrendo ao longo do tempo em termos de número de participantes e na sua composição⁸, prevaleceu forte representatividade da elite política local. A composição⁹ da 17ª Legislatura da CMC, eleita em 2012, conta com vinte e um vereadores desde a última legislatura. Com a alteração da câmara em função do rodízio proposto pelos partidos, a composição da câmara no segundo semestre de 2015, período enfocado neste trabalho, contava com vinte vereadores e uma vereadora, sendo: Adão Teodoro (Titular do PR), Arestide Fidélis (Titular do PMDB), Célio Portela (Suplente do PSD), Chixto Cella Junior (Suplente do PSD), Cleber Ceccon (Titular do PT), Cleiton Fossá (Titular do PT), Dalmir Pelicioli (Suplente do PSD), Delvino Dall Rosa (Suplente do PMDB), Diego Alves (Titular do PDT), Dirceu Cecchin (Titular do PPS), Ildo Antonini (Titular do DEM), Itamar Agnoletto (Titular do PSDB), João Rosa Marques (Titular do PSB), João Siqueira (Suplente do PSD), Marcilei Vignatti (Titular do PT), Mario Cesar Tomazi (Suplente do PSD), Nacir Marchesini (Titular do PT), Neuri Mantelli (Titular do PRB), Paulinho da Silva (Titular do PCdoB), Sérgio da Silva (Suplente do PT) e Valdemir Stobe (Titular do PTB).

O resultado eleitoral de 2012 apresentou o PSD (Partido Social Democrático) coligado com mais 15 partidos, sendo eles: DEM (Democratas), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PMN (Partido da Mobilização Nacional), PR (Partido da República), PSB (Partido Socialista Brasileiro), PRP (Partido Republicano Progressista), PSL (Partido Social Liberal), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), PRB (Partido Republicano Brasileiro), PP (Partido Progressista), PSC (Partido Social Cristão), PPS (Partido Popular Socialista), PT do B (Partido Trabalhista do Brasil) e o

⁸ Para maiores informações sobre a composição da Câmara de Vereadores no período de 1948 a 1962 consultar Hass (2000) e Bellani de 1920 a 1962(2003).

⁹ Fonte: TSE (disponível em <http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2012/resultado-eleicao.html>)

PSDC (Partido Social Democrata Cristão) – vitorioso nas eleições municipais mantendo o bloco de situação com a maioria dos vereadores na Câmara.

A oposição compôs-se com um bloco com sete vereadores, enquanto que a situação obteve quatorze cadeiras no legislativo Chapecoense. A representação da elite¹⁰ local tem se dado dessa forma há muitos anos, mesmo nas legislaturas 1997-2000 (dezesesseis representantes da elite e três do campo popular) e 2001- 2004 (treze representantes da elite e seis eleitos do campo popular), períodos esses em que o Partido dos Trabalhadores (PT) governou o município¹¹. O legislativo Chapecoense sempre foi de baixa representatividade popular, poucos representantes oriundos das “classes populares”¹². Historicamente a maioria dos eleitos eram representantes da elite municipal.

Ressalta-se, por sua vez, que o número de vereadores da CMC cumpre com o que estabelece a Constituição Federal de 1988, onde define no artigo 29 que “para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: g) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes”; ou seja, o legislativo Chapecoense está composto no limite máximo estabelecido pela Constituição.

3.3 PERFIL DOS VEREADORES DA 17ª LEGISLATURA

No Brasil as mulheres só tiveram o direito a votar e ser votada a partir da eleição para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933, no entanto sua representatividade é considerada baixa nas esferas do poder legislativo. Em Chapecó a participação da mulher na política local só aconteceu em 1958 “por encontrarmos nesta data a primeira presença feminina chapecoense

¹⁰ Segundo Pareto, haveria em todas as esferas, em todas as áreas de ação humana, indivíduos que se destacam dos demais por seus dons, por suas qualidades superiores. Eles compõem uma minoria do restante da população - uma elite. Temos então dois estratos numa população: 1) um estrato inferior, a não - elite, cuja influência possível no governo não nos interessa aqui; 2) um estrato superior, a elite dividida em dois: a) a elite governante; b) a elite não - governante. Barnabé, *apud* Pareto, p.2, disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/384> – Acesso em 28/10/15

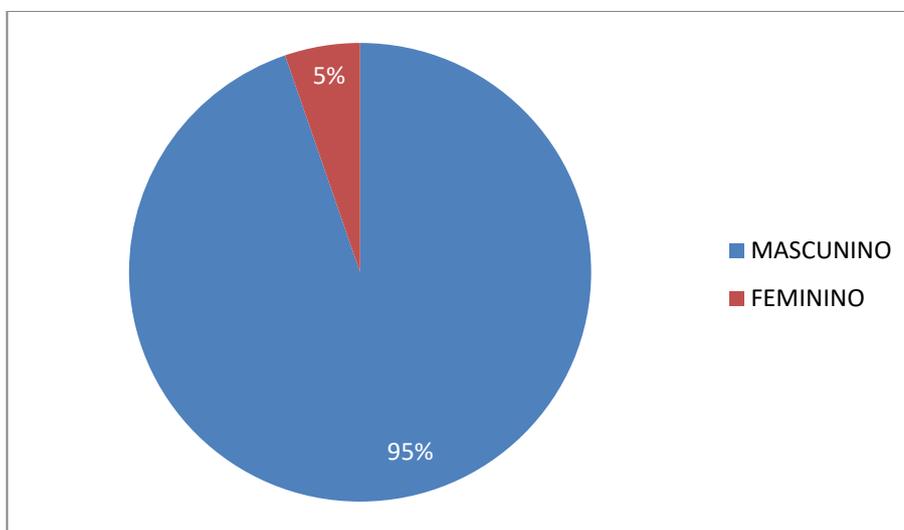
¹¹ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/SC

¹² O termo “classes populares”, que pressupõe mais de uma, é um conceito pouco preciso quando se faz necessário delimitar suas fronteiras — imprecisão, aliás, comum à maioria dos conceitos das ciências sociais, sempre terrivelmente “flexíveis” e imprecisos, dependentes amiúde das necessidades de operacionalização dos pesquisadores. (Às vezes, de suas ideologias.) Nunca se sabe precisamente onde as classes populares começam e onde terminam e quantas são. Mas, se o conceito não oferece uma ideia exata dos segmentos da sociedade nelas englobados, pelo menos sabemos os que delas não fazem parte. É intuitivo que entre as “classes populares” não devemos incluir as elites tradicionais, as classes ricas, as camadas politicamente dominantes, os grupos de elevada erudição, as cúpulas da intelectualidade, das profissões liberais, dos artistas etc. (RODRIGUES, 2006, p.14).

pleiteando um cargo eletivo” (BOTTON e BALBINOTT 2003, p.166), ficando na suplência e assumindo alguns períodos a vaga conquistada pelo PSP. Somente em 1992 foi eleita a primeira mulher na CMC (Ibid, p.176).

A câmara de vereadores é composta por sua ampla maioria de homens: 95% são do sexo masculino e 5% do sexo feminino. A eleição de 2012 elegeu apenas duas mulheres vereadoras, sendo que uma, a convite do prefeito, ocupou nesse período estudado a Secretaria Municipal de Educação de Chapecó. No momento, a câmara conta apenas com uma mulher vereadora. Veja o gráfico¹³ a seguir:

Gráfico 1 Sexo



A representatividade jovem na câmara também é baixa. O vereador mais jovem tem 30 anos de idade, enquanto 42% dos vereadores tem entre 51 e 60 anos, e apenas dois vereadores têm acima de 60 anos, e outros 32% dos entrevistados estão na faixa etária de 41 a 50 anos de idade, como demonstra o gráfico 2. Um fator interessante a ser observado é o grau de instrução dos vereadores. Mais da metade dos vereadores tem ensino superior completo, sendo 48% (onze vereadores) com graduação, 21% (cinco vereadores) com pós-graduação, e 5% (um vereador) com doutorado. Apenas um vereador possui apenas o primário, e outros 16% (três vereadores) possuem o ensino médio completo conforme apresenta o gráfico 3.

¹³Os gráficos foram elaborados pelo autor a partir das entrevistas realizadas com os vereadores.

Gráfico 2 Faixa Etária

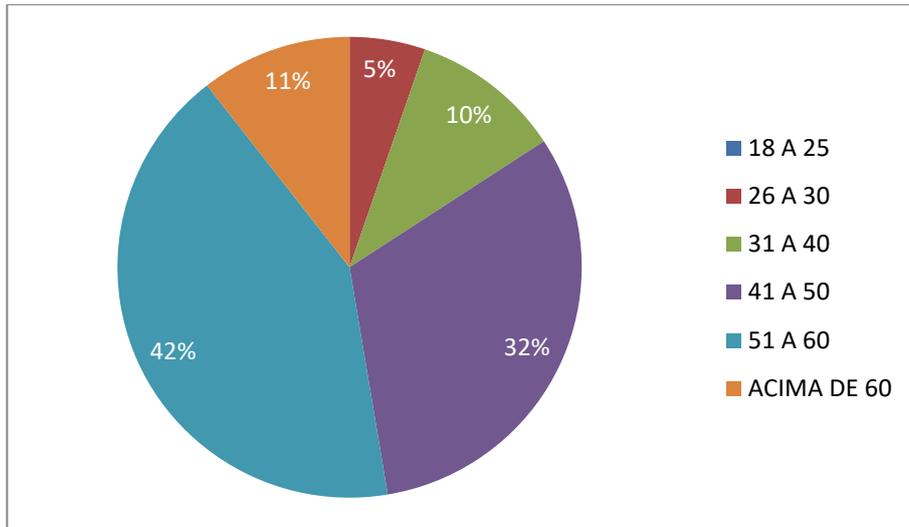
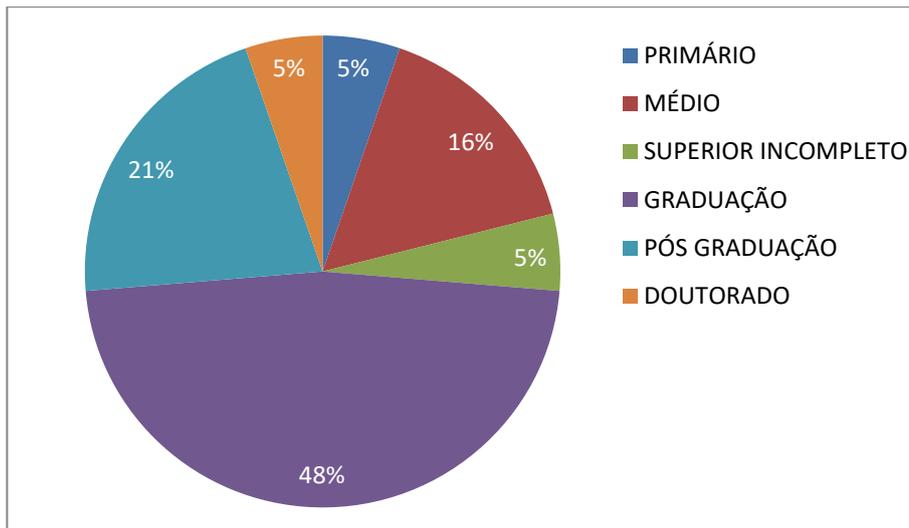
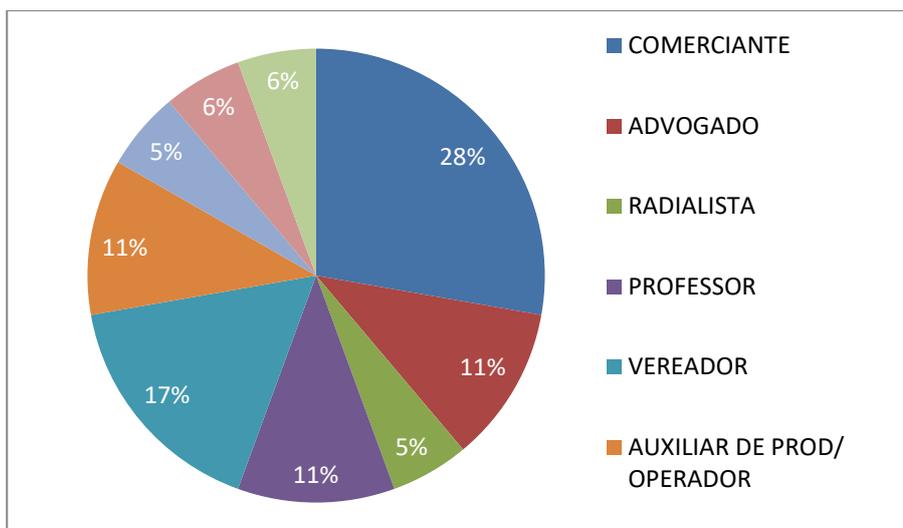


Gráfico 3 Instrução escolar



No gráfico 4 apresento a profissão dos vereadores, demonstrando o mesmo perfil historicamente estabelecido nas eleições, ou seja, um predomínio de comerciantes eleitos como representantes do povo. São 28% de comerciantes ou de atividades afins, 11% são professores e 11% são advogados.

Gráfico 4 Profissão



Um detalhe interessante é que 17% definem como ser vereador a sua única profissão. No entanto, o legislativo chapecoense não pode ser considerado numa perspectiva Weberiana como sendo uma classe política¹⁴, tendo em vista que a ampla maioria dos vereadores não vive da política e exercem diversas atividades profissionais e ao mesmo tempo são vereadores.

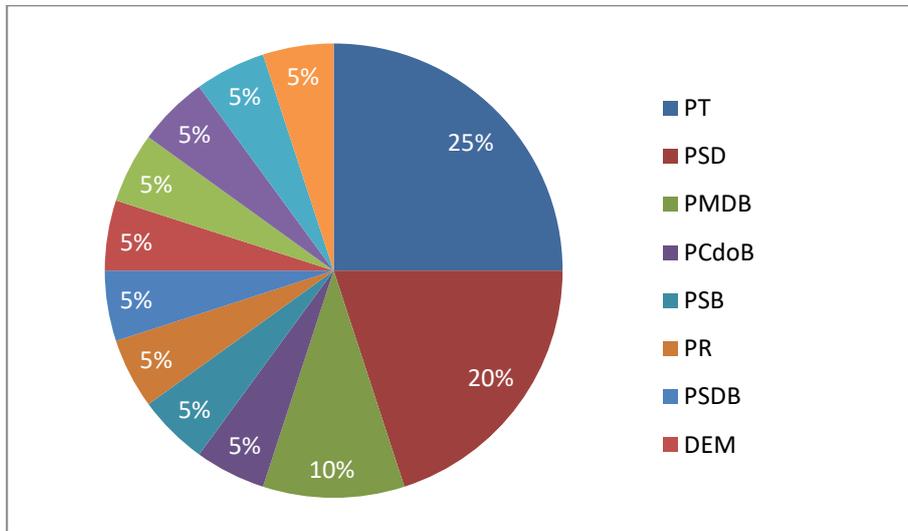
Os representantes do legislativo também são oriundos de movimentos sociais, entidades ou de clubes em que participaram, ou mesmo de grupos que desenvolvem trabalhos sociais, conforme pode ser averiguado no gráfico 5. A maioria dos entrevistados responderam que as suas atuações antes do legislativo lhes deram credibilidade, e que foram importantes para sua eleição e consolidação da sua carreira política. Enquanto 26% dos entrevistados tiveram participação em associações de moradores e conselhos comunitários, 15% participaram em igrejas, na sua maioria católica, outros 16% tiveram ligação com entidades esportivas, e 9% participaram de movimentos juvenis, assim como 9% participaram ou participam de sindicatos.

Segundo os entrevistados, em função de ocuparem uma cadeira no legislativo, poucos vereadores mantem hoje uma relação de envolvimento direta de atuação com as entidades das quais são oriundos. Para o vereador Silvio José¹⁵, o que é determinante para isso são os investimentos nas campanhas, ou seja, os financiamentos eleitorais por parte do grande empresariado da cidade. Consequentemente, haverá maior empenho dos vereadores e a

¹⁴ Por classe política, segundo Weber poderia entender todos os que vivem não somente para a política, mas da política, o que significa dizer que a atividade política se torna sua profissão. (RODRIGUES, 2006, p. 14).

¹⁵ Entrevista concedida por Silvio José. Entrevista IV. [set. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (18min35seg).

Gráfico 6 Representação Partidária



Atualmente o legislativo está composto por 14 vereadores da situação e sete da oposição, e conforme alguns entrevistados poderá haver mudanças nessa composição, já antevendo as eleições de 2016 que se aproximam. Isso poderá acontecer em virtude do prazo de filiações para os candidatos concorrerem as eleições de 2016. Até então, o prazo era de um ano antes da eleição e este prazo foi alterado para seis meses, se estendendo até o mês de março de 2016¹⁶.

¹⁶ Conferir Lei nº 13.165/2015

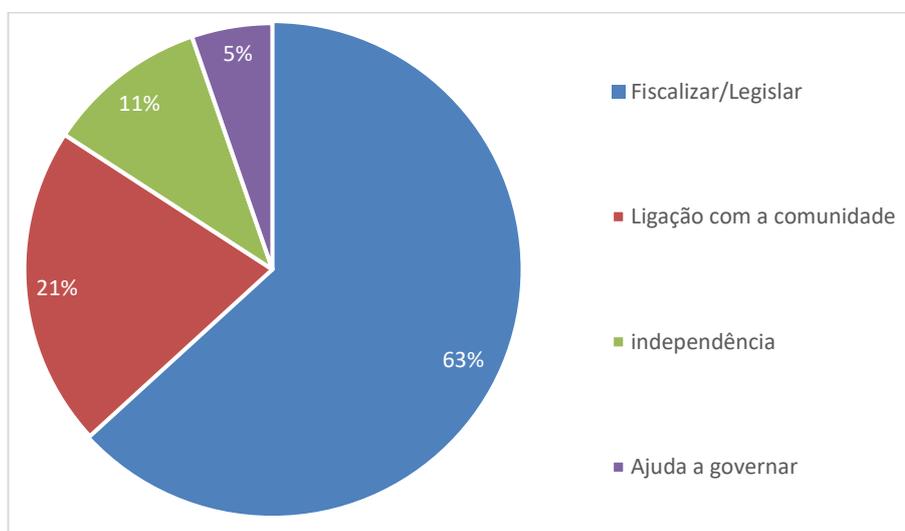
4 O COTIDIANO DO TRABALHO DO VEREADOR

4.1 O PAPEL DO VEREADOR

O papel do legislativo a partir das definições legais e regimentais aponta para o fato dele passar por algo mais amplo. A partir da fala dos entrevistados, pode-se perceber que, em geral, apontam para uma definição das funções básicas: fiscalizar e legislar. Mas ressaltam a importância das funções que a população lhes atribuem, muitas que regimentalmente não competem a eles. Pensar no vereador como agente político hoje apenas como o homem público que legisla em favor da população é um tanto abstrato diante das reivindicações e demandas levantadas pela população na busca pelo serviço público.

Partindo do que nos responderam os entrevistados, 63% dos vereadores relataram que a principal função do vereador está ligada diretamente à fiscalização do executivo e à produção legislativa; 21% dos vereadores afirmaram que a principal função está relacionada ao papel do vereador em ser como um elo com a sociedade, seja na forma de participação das ações das comunidades e bairros, ouvindo, construindo coletivamente seu mandato ou de forma assistencialista, sendo essas, como uma porta de acesso que a população possui em relação ao vereador. Além disso, 5% dos vereadores reconheceram a obrigatoriedade que tem, principalmente sendo da base governo municipal, em ajudar a governar a cidade, e 11% dos vereadores apontaram para a independência e autonomia do legislativo, conforme apresentado pelo gráfico 7.

Gráfico 7 Função do Vereador



Segundo o manual do vereador, documento de orientação elaborado pelo Senado Federal, a Câmara Municipal exerce funções legislativas, fiscalizadoras, administrativas, judiciárias e de assessoramento (SENADO, 2005, p.28 e 29). Da mesma forma, PASE (2012), *apud* LEITE (2004) e ANASTASIA E INÁCIO (2006), atribuem ao legislativo o cumprimento dessas funções dando ênfase à função legislativa que segundo eles é o que

[...] possui maior influência direta sobre o cotidiano da população é a função legislativa, cuja tarefa passa pela elaboração de leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos, emendas e resoluções, de acordo com o interesse público, bem como aprovar ou rejeitar os projetos de lei advindos da iniciativa do Executivo (LEITE, 2004, p.31-32). É aos integrantes do Legislativo que cabe a responsabilidade de representar o melhor interesse dos cidadãos e, ademais, cabe também a tarefa de monitorar e fiscalizar o Poder Executivo, para garantir que as políticas se traduzam em resultados com a consecução de tais interesses. (ANASTASIA e INÁCIO, 2006).

Através do projeto de lei os vereadores podem interferir no modo de governar o município, ou seja, participam dos processos decisórios do governo, podendo legislar sobre as políticas que interferem na estrutura do município ou no cotidiano da sua população. De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Chapecó, no que diz respeito à elaboração de projeto de lei, “cabe a seus membros, o direito da iniciativa de projetos de lei, de apresentar emenda a projetos de lei, de aprovar ou rejeitar veto do Prefeito” (CMC, 2011, s/p, disponível em <http://www.cmc.sc.gov.br>).

Para o vereador Paulo Cesar, o papel e a responsabilidade do vereador é “muito maior” do que o papel do executivo. Para ele,

[...] o papel do vereador é legislar, fiscalizar, acompanhar o investimento do município que é fiscalizar o investimento e acompanhar todos no legislativo mesmo, tudo o que tramita de projeto, ler bem os projetos antes, ter conhecimento antes de votar, porque a responsabilidade de um vereador ela é muito grande, ela dá a possibilidade muitas vezes do executivo trabalhar com o dinheiro do povo, o dinheiro meu, teu, da população. O dinheiro não tem um dono, então e esse o papel principal, dizendo algo a mais, acredito que o papel de vereador é mais importante do que do executivo, porque o executivo só executa o que o vereador autorizar, então o papel do vereador é mais cuidadoso ainda. (Entrevista V¹⁷ concedida ao pesquisador em 15/10/2015).

As entrevistas realizadas com os vereadores de Chapecó apontam que entre as funções a eles atribuídas, destaca-se cada vez mais a função de assessoramento. O regimento interno

¹⁷ Entrevista concedida por Paulo Cesar. Entrevista V. [set. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (23min34seg).

estabelece que “a Câmara exerce função de assessoramento, ao votar indicação, sugerindo ao Prefeito medidas de interesse da administração como a construção de escolas, aberturas de estradas, limpeza pública e assistência à saúde e etc”.

A função de assessoramento está relacionada a representação dos interesses, sejam eles pessoais ou coletivos. A partir das demandas encaminhadas via base eleitoral, o vereador estabelece uma relação com o executivo e órgãos públicos para resolutividade do problema junto ao órgão competente. É este encaminhamento via função de assessoramento que possibilita a troca de favores e, conseqüentemente, do favor pelo voto, estabelecendo a relação do clientelismo entre vereador, poder público e eleitor.

Esse tipo de atividade justifica a atuação de grande parte dos vereadores. Assim como alguns dos entrevistados afirmaram estarem preocupados com o dia-a-dia da cidade, atentos para as questões de infraestrutura, saúde, educação, como forma de aproximarem-se dos moradores, mostrando-se preocupados com os problemas da comunidade. O vereador André esclarece que “mesmo você não conseguindo uma determinada obra, ou uma solicitação de exame, desconto nos impostos, quando você vai atrás você mostra preocupação com a demanda que a pessoa está trazendo pra você resolver”, e complementa dizendo, “isso com certeza lá na frente, ele (o eleitor) vai lembrar de você na próxima eleição” (Entrevista XV concedida ao pesquisador em 06/10/2015).

O vereador Bernardo defende que “além das funções estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, o papel é amplo e deve priorizar o envolvimento da sociedade organizada”. Para Bernardo,

[...] o papel do vereador é colocar toda sua legitimidade popular em prol das organizações sociais, contribuindo para que as organizações sociais tenham um papel importante na sociedade, ao mesmo tempo essa contribuição é na forma de incentivo e criando mecanismos pra que a sociedade, seja através das ONG’s, ou diretamente participem também do processo de elaboração das políticas pública. Enfim, o mandato de vereador tem de ser um mandato combativo, no sentido de buscar a organização de estudantes, trabalhadores, enfim, os diversos segmentos, das minorias, movimentos sociais, movimento negro, movimento de mulheres, movimento LGBT enfim, criar condições pra que esses movimentos também tenham força e que a partir disso façam as lutas e as reivindicações na sociedade. (Entrevista XII¹⁸ concedida ao pesquisador em 01/10/2015).

A percepção de Bernardo sobre o seu papel enquanto legislador caracteriza-o como um vereador ideológico, segundo perspectiva trabalhada por Kuschnir (1999). Na entrevista o

¹⁸Entrevista concedida por Bernardo. Entrevista XII. [out. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (31min05seg).

vereador argumentou que a atuação no legislativo necessita passar por debates e organização coletiva, assim como afirmou o vereador Igor ao dizer que seus mandatos “tem como prioridade discutir as questões que relacionam os problemas da cidade como um todo”.

Para Kuschnir, o vereador ideológico “deve ser um “instrumento” da população junto à esfera de poder municipal. O eleitor deve compreender os limites de sua atuação, participando do mandato através de causas coletivas – as únicas legítimas, segundo esse tipo de representação política” (KUSCHNIR, 1999, p. 42).

A mesma autora define o vereador assistencialista como sendo um legislador que tem vários argumentos para justificar sua forma de conduzir o mandato. Para Kuschnir, “além de carente, a população atendida é formada por pessoas que fazem parte de seu universo de origem”. Segundo seu modo de ver, “solucionar problemas como buracos na calçada, lâmpadas queimadas, esgotos entupidos, ou doar óculos e dentaduras, é uma forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas, já que o poder público não resolve” (Ibid, p.38).

O vereador Silvio José defini o papel do vereador com base nas práticas assistencialistas e a forma com que essa atuação pode contribuir para uma eleição futura. Para ele, na atualidade,

(...) trabalha-se muitas vezes como uma assistente social, se não fizer isso, muitas vezes fazendo o papel do município que são das secretarias específicas, não tem condições de você ficar só propondo. E se você não correr atrás com certeza você não vai ser lembrado. E esse não é o papel do vereador de auxiliar como, por exemplo, com cadeiras de roda, pernas mecânica, tudo, consulta, raio x, tudo isso a população vem atrás do vereador quando ele não encontra na sua rede básica de saúde. (Entrevista IV¹⁹ concedida ao pesquisador em 14/09/2015).

As práticas assistencialistas são comuns para grande parte dos entrevistados. Para o vereador Leonardo “todo dia tem gente pedindo ou vendendo alguma coisa. São rifas, jantares beneficentes, passagens, almoços, etc.(...) a gente ajuda um pouco, mas não consegue ajudar todos e nem com tudo”.

O vereador Camilo entende que o papel do vereador está mais abrangente e mais próximo da comunidade e que,

(...) no meu entendimento, o papel hoje está mais abrangente. Está mais próximo da comunidade. Hoje se tem um entendimento de que o vereador ta trabalhando mais. Está desenvolvendo seu papel na câmara, apresentando as suas ações a partir da demanda que surge na comunidade. O papel está bem ampliado, não é só legislar e fiscalizar. Até um simples indicativo de uma troca de lâmpada, ou você foi lá na

¹⁹ Entrevista concedida por Sílvia José. Entrevista IV. [set. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (18min35seg).

comunidade e visitou o morador que reclamou daquela situação ou você recebeu alguém da comunidade no teu gabinete...e aí envolve também a infraestrutura que é o asfalto, que é o calçamento, que é a tubulação trancada. (Entrevista XVI²⁰ concedida ao pesquisador em 08/10/2015).

Independentemente de ideológicos ou assistencialistas²¹, as práticas continuam sendo clientelistas, pois a conquista e a oferta de votos estão sempre presentes nos pedidos e retribuições dos favores, como afirma Kuschnir: “[...] os eleitores que pedem antes da eleição costumam prometer o voto”. “Os que pedem, depois garantem ter votado, ou recomeçam o ciclo prometendo votar no candidato no próximo pleito” (KUSCHNIR, 1999, p.39).

O vereador Renato Fonseca defende outro elemento sobre a função atual do vereador. Segundo ele, as funções dos vereadores estão condicionadas à sua reeleição, e os mesmos atuam como uma espécie de “escora” ao poder executivo, seja como vereador ou quando se utiliza do órgão público para se eleger vereador. Reforça neste sentido, o compromisso da 17ª legislatura que conta com sete vereadores da base do governo sendo suplentes enquanto “os titulares estão ocupando cargo no executivo, os suplentes, para não perder o mandato, garantem na câmara a governabilidade do executivo”. O vereador afirma que

[...] o papel do vereador aqui na Câmara, não especificamente em Chapecó, mas acho que todas as Câmaras municipais do Estado de Santa Catarina e do país, o vereador não passa de uma escora ao órgão público. Porque sempre existe uma raiz e sempre o Executivo quer mandar no legislativo. O vereador tinha que ser independente. Eu sou contra, por exemplo, vereador ser secretário, secretário ser candidato a vereador, diretor ser candidato a vereador, gerente ser candidato a vereador (...) eu até vou entrar com um projeto de lei, dizem que é inconstitucional, dizem que é inconstitucional o que é inconstitucionalidade? Quando você não deixa o cidadão arcar com seu dinheiro apertado onde o cara se elege vereador fica três anos e meio dentro do município comandando 100 cabos eleitorais isso é corrupção ativa... (...). Então vou entrar com um projeto que vereador não pode ser secretário, secretário para ser candidato tem que desincompatibilizar 24 meses antes, tanto secretário quanto diretor, e quanto gerente... daí eles vão saber quanto custa uma campanha (...). Sem ter lá atrás indicações, 15, 20, 30 ou 50 indicados como tem vereadores aqui em Chapecó que detêm essa questão... sou contra a reeleição. Usa o órgão público proporciona os benefícios para o cidadão e depois vai cobrar. O que que é isso? Corrupção ativa clara, transparente, tem que colocar na cadeia o candidato que faz isso. (Entrevista XI²² concedida ao pesquisador em 29/09/2015).

²⁰ Entrevista concedida por Camilo. Entrevista XVI. [out. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (35min49seg).

²¹ Kuschnir (1993) defende que fora do assistencialismo não há salvação. Neste sentido, o vereador que quiser ter uma boa relação com sua base eleitoral, terá de cumprir uma pauta cotidiana com o eleitorado para obter êxitos futuros.

²² Entrevista concedida por Renato Fonseca. Entrevista XI. [set. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (27min36seg).

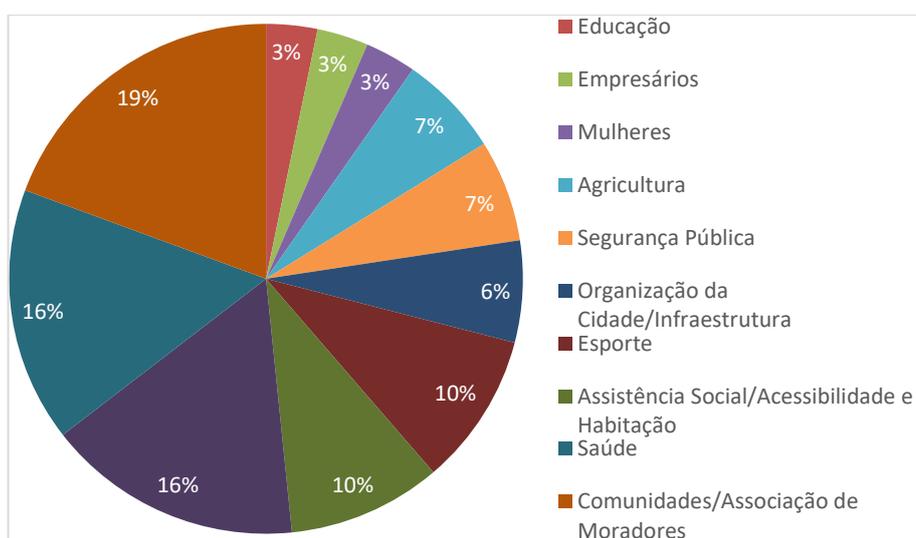
De certa forma, a percepção que os vereadores têm em relação a função do vereador é bastante distinta. Mesmo que a sua grande maioria concorde com as funções estabelecidas pelo Regimento Interno, muitos vereadores utilizam-se dos expedientes da sua função de assessoramento para atender a diferentes pautas e demandas, a fim de realizarem um mandato atuante perante suas bases, tendo assim o que mostrar aos eleitores no processo eleitoral seguinte. A forma como se estabelece essa relação veremos na sequência.

4.2 A BASE ELEITORAL COMO FOCO DA ATUAÇÃO DO VEREADOR

A partir das entrevistas foi possível perceber que a base eleitoral está diretamente ligada ao foco de atuação do vereador. Essa relação com a base estabelecida durante todo o mandato é o que vai garantir os votos, e conseqüentemente a vitória eleitoral do vereador. Isso fica claro quando o vereador André²³ afirma que “se não visitar, não ouvir o que eles querem, na próxima eleição nem adianta ir lá”.

O gráfico 8 apresenta os focos prioritários de atuação dos vereadores da 17ª Legislatura. Perguntamos para o vereador para que indicasse dois setores prioritários para mandato. A partir daí levantamos os focos de atuação mais indicados pelos vereadores.

Gráfico 8 Foco do Mandato



Das respostas dos entrevistados pode-se averiguar que 19% dos vereadores atuam essencialmente nas comunidades, bairros e associações de moradores. Dessa relação é que

²³ Entrevista concedida por André. Entrevista XV. [out. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (33min57seg).

surtem na sua grande maioria as demandas relacionadas ao esporte, educação e apoio aos projetos comunitários. Enquanto 16% dos entrevistados afirmam ser na saúde seu foco de atuação. Por identificarem-se com essa área, demandas para agilizar exames, cirurgias e medicamentos aparecem com frequência para esses vereadores.

Assim como na saúde, 16% focam as demandas relacionadas à infraestrutura. Para os entrevistados, a busca por pavimentação é o maior motivo pela qual suas bases os procuram. Além disso, melhoria nas ruas e instalação de lombadas aparecem frequentemente. Outro foco importante diz respeito à assistência social, moradia e acessibilidade. Aparecem, também, pedidos de orientações sobre programas habitacionais e sociais, pedidos de auxílios para promoções beneficentes etc. Outros setores como esporte, segurança e agricultura também são prioridade por parte dos vereadores.

Uma forma de atuação e busca de aproximação dos vereadores com suas bases é explicitada praticamente em todas as entrevistas realizadas. A constituição de redes de contato face-a-face ou eletrônica direta ou indiretamente é o recurso mais utilizado entre os entrevistados. Essas redes²⁴, segundo Bezerra (1995, p.145), tem a função de “assinalar o conjunto limitado de contatos diretos e indiretos de uma pessoa que se caracteriza por estar fundado em relações de caráter pessoal”.

As chamadas bases eleitorais podem ser entendidas a partir do depoimento de um deputado, registrado por Bezerra em seu livro “Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal”, segundo esse deputado:

Aquela rua que você mora, o bairro que você mora, a cidade que você mora, é aquela cidade onde você tem o vereador que é seu conhecido, que é seu amigo, tem o líder da Igreja que é seu amigo, o presidente da associação de moradores, da associação de bairros que é seu amigo... lugar onde você vai à festinha, à festa junina (...) é aonde, naturalmente, você volta e direciona sua atividade parlamentar. (BEZERRA, 1999).

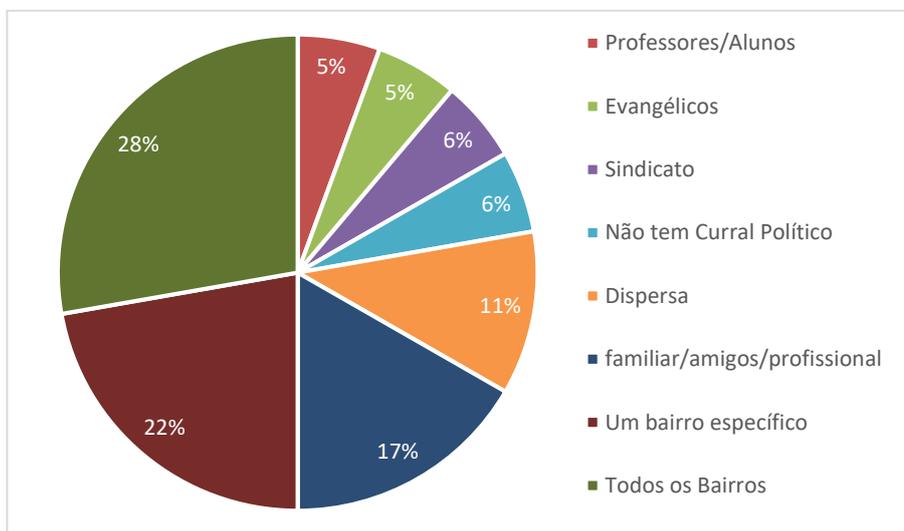
Para o vereador Igor²⁵, “o foco de atuação do mandato é definido em planejamento”, o planejamento dá condições “de organizar a atuação a partir das demandas que consideram importantes para a cidade e a partir daí estabelecerem as relações com as bases eleitorais”.

²⁴ “As redes pessoais incluem notadamente aquelas pessoas que estão vinculadas por relações de parentesco, amizade, patronagem, alianças pessoais e conhecimento. Uma pessoa não precisa estar diretamente vinculada a um ego para ser considerada como integrante de uma rede pessoal. Para que isto ocorra é suficiente que ela mantenha um contato pessoal com alguém que mantenha um contato de mesmo caráter com o ego”. (BEZERRA, 1995, p.145)

²⁵ Entrevista concedida por Igor. Entrevista I. [set. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (54min03seg).

No gráfico 9 apresento como as bases estão divididas entre os vereadores no município de Chapecó.

Gráfico 9 Divisão das Base Eleitorais



Para 22% dos vereadores a base eleitoral específica é um único bairro ou comunidade. Segundo o vereador Hélio, sua base eleitoral é o bairro. Para ele, a relação familiar construída há muitos anos permite que ele seja sempre bem votado naquele lugar. Segundo Hélio:

Sou um dos moradores mais antigos do bairro. Nasci lá. É óbvio que se você passar 50 anos, você não tem nenhum processo, você não tem nenhuma rixa, você não tem nenhuma confusão. Se o pai trabalhou, fui presidente de APP, ajudou a construir o colégio, ajudou a construir a igreja, sempre dedicado nas reivindicações, sempre buscando abrir com que mais morador viesse, posicionando de maneira ordeira. Então acredito que obrigatoriamente tu tens uma conquista que não é tua, é fruto da relação construída pela tua família... e aí o instrumento de reconhecimento é o candidato. (Entrevista IX²⁶ concedida ao pesquisador em 28/09/2015).

Entretanto, como podemos observar 17% dos entrevistados tem como base eleitoral a relação profissional, amigos e familiares, e 28% dos vereadores afirmaram ser sua base todos os bairros, o que indica se tratar de um vereador que circula por todas as regiões da cidade. Foi possível perceber através das entrevistas que quando se trata de temas gerais como, por exemplo, saúde e educação, essas não são pautas de apenas um bairro ou comunidade, e sim da cidade toda.

²⁶ Entrevista concedida por Hélio. Entrevista IX. [set. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (26min54seg).

O vereador Paulo Cesar afirma não poder dizer que tem somente uma base. Segundo ele, sua “base eleitoral é a região da grande Efapi, mas o vereador tem uma base eleitoral em toda a cidade”. Já o vereador Silvio José afirma que não tem uma base eleitoral específica em só um bairro, e enaltece que mesmo morando no bairro Bela Vista faz voto em quase todas as seções da cidade. Silvio José comenta que “não se concentrou minha votação especificamente em um bairro, saí bem do bairro, mas sempre fiz boas votações em outros bairros”.

O vereador Karlos²⁷ afirma que, depois do terceiro mandato, acredita que sua base seja a cidade inteira. Essa afirmação, assim como de outros entrevistados, parte dos vereadores que estão a mais de um mandato no legislativo, cujas bases foram ampliadas durante esse tempo. Isso se justifica na fala do vereador André em que ressalta que o tempo como vereador possibilita a ampliação das bases: “Olha, eu tinha bem mais no meu bairro né, o meu bairro é a região do Bormann. Mas eu tenho voto em toda cidade pela quantidade de anos que tu é vereador, então tu espalha muito, tenho voto em todo município de Chapecó”.

Embora concorde com a existência das bases, o vereador Wolf Luiz reforça a importância do trabalho de vereador nas bases, argumentando sobre fato de que pelo tamanho do município poucos constituem bases em bairros. Para ele, que atua na área da saúde, “o fato de você morar no bairro, na maioria das vezes facilita para sair com uma boa votação, mas não acredita que numa cidade como Chapecó com mais de 120 mil eleitores não dá pra você dizer que tem uma base eleitoral”. Segundo ele

[...] você tem que ter trabalho nas bases, isso é diferente de ter uma base. É natural que a área de saúde se eu pensasse assim, a saúde é uma área não é que seja minha base eleitoral, é onde eu trânsito com mais desenvoltura, por conhecer os médicos e por ter muitos pacientes. Das pessoas que me procuram 90% é por saúde, então eu não diria que é minha base eleitoral, mas é minha base de trabalho. Não posso dizer aquele bairro. Geralmente os bairros onde eu atendo, pelo menos na minha primeira eleição em Chapecó, nos bairros em que eu atendi sempre fui o mais votado. Atendi em quatro bairros e nos quatro fui o mais votado. Isso mostra que a minha base de trabalho foi boa. Não posso dizer que seja minha base eleitoral porque agora eu já estou em outros bairros, eu não sei se vou repetir naqueles bairros de onde eu já saí. (Entrevista XIII²⁸ concedida ao pesquisador em 02/10/2015).

Dos demais vereadores, 5% tem como base eleitoral os sindicatos, 5% professores e 5% os evangélicos. Para o vereador Jorge, sua base eleitoral são os evangélicos, demonstrando

²⁷Entrevista concedida por Karlos. Entrevista XVII. [ou. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (33min58seg).

²⁸Entrevista concedida por Wolf Luiz. Entrevista XIII. [out. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (31min12seg).

também uma presença forte deste segmento religioso no legislativo. E outros 6% dos vereadores afirmam não ter base eleitoral.

Na entrevista com o vereador Felipe pode-se verificar como a multiplicidade de relações com apoiadores referenda uma base eleitoral mais ampla, embora que seu enfoque enquanto mandato esteja direcionado para a representatividade do segmento de professores confirmando os 6% de vereadores que tem a base dispersa. Para ele, sua base é composta por:

[...] professores, são os educadores, assim também como os alunos que a gente trabalhou que são dezesseis anos enquanto professor, que conhece um pouco do trabalho da gente, e também a Igreja Católica, as comunidades que a gente veio, na formação do seminário e também na caminhada com várias entidades e várias lideranças com a Igreja Católica. (Entrevista X²⁹ concedida ao pesquisador em 28/09/2015).

Bezerra, *apud* Oliveira (2011), chama a atenção para o caráter móvel das bases, pois elas nem sempre remetem a uma realidade fixa, como uma rua, um bairro ou uma cidade. Estão muito mais ligadas a um espaço das relações sociais do que propriamente ao espaço geográfico. O parlamentar vincula-se, especialmente, através de relações de amizade, conhecimento e compadrio. São os meios encontrados para que possam se inserir nas localidades, conservando permanentemente o contato com a base. Um exemplo disso é o vereador Felipe que mantém grupo semanal de futebol e janta com amigos.

É essa relação que Costa, *apud* Bezerra (1999), vai definir como personalismo, é “o contato pessoal entre o político e eleitorado, a rede de favores, amizades etc”. Para Kuschnir (1999), esses eventos criam laços de identificação mútua, construindo vínculos pessoais e consequentemente a integração imediata destes parlamentares a comunidade. Ou seja, o parlamentar necessita se tornar mais um neste momento, conquistando assim, a confiança do seu eleitorado. O vereador Camilo ressalta a importância dessa relação com as bases quando afirma:

Olha, eu sempre fiz votos assim em todos os bairros. Poucos bairros que não fiz voto. Numa certa ocasião a minha base eleitoral estava bem focada a alguns colegas de serviço, dentro da área de segurança pública. Não que eu vá dizer que eu tenha perdido isso, mas aí a partir de um certo momento isso se ampliou. No trato com as pessoas nas comunidades, nas visitas que faço as pessoas, isso é sempre importante e acaba se transformando numa base eleitoral. As famílias acabam vendo uma confiança na gente, e foi isso que sempre aconteceu. Não posso dizer que tenho uma base só. Eu acho que isso também envolve toda a comunidade e todos os bairros de Chapecó. (Entrevista XVI concedida ao pesquisador em 08/10/2015).

²⁹Entrevista concedida por Felipe. Entrevista X. [set. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (26min41seg).

Por outro lado, o vereador Renato Fonseca afirma que “nunca teve curral político. Aqui dentro da Câmara de Vereadores nós temos uns 10 vereadores que tem curral político. Eu sou contra o curral político. Isso é antidemocrático”.

A necessidade de se ter uma base eleitoral é notória na maioria das entrevistas. A relação da base com o foco do mandato é ponto fundamental para o planejamento das ações de cada vereador. De certo modo, os vereadores planejam suas ações focando sua base eleitoral. Isso acontece com os que possuem base eleitoral em um único bairro e também com aqueles que reconhecem ter base ampla na cidade. Mesmo nesses casos, os vereadores com pautas gerais do município buscam constituir grupos de apoios em diversos espaços e segmentos para multiplicar sua pauta em debate na câmara de vereadores.

Para isso se faz necessário garantir através da equipe de mandato o contato diário com seus públicos-alvo. Em alguns casos, a assessoria dos vereadores é oriunda da base eleitoral, o que facilita o contato diário, o recebimento e encaminhamento das demandas. A equipe do mandato acompanha o vereador em agendas, reuniões, audiências e também é responsável pelo primeiro contato com o eleitor, e em muitos casos com o poder público para resolutividade das demandas.

4.3 CONDIÇÕES PARA O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ELEITORAIS

A estrutura de gabinete do vereador em Chapecó, diferentemente de outras Câmaras, e por considerar o tamanho do município, “é muito enxuta” como afirma um dos vereadores entrevistados. Hoje são repassados pelo município 6% do orçamento municipal e, segundo o vereador Marcelo, “é a Câmara mais econômica de Santa Catarina”. Isso é reafirmado pelo vereador Gabriel quando diz que todo ano a CMC devolve ao município parte do valor que é repassado legalmente para o custeio do legislativo.

Embora sejam levadas em conta essas observações, a estrutura atual para os vereadores permite um trabalho voltado às bases e o cumprimento do seu papel enquanto legislador. Cada vereador tem direito a nomear dois assessores em sua equipe de mandato. Existe também a cota de gabinete que inclui diárias em viagens, telefone, material de expediente, xerox, etc. Esse valor não pode exceder R\$40.000,00(quarenta mil) por ano, conforme informou o vereador Bernardo, além de alguns veículos que estão a disposição da Câmara para todos os vereadores.

Não diferente do que Kuschnir (1999, p.33) apresenta no estudo sobre a câmara no Rio de Janeiro os gabinetes estão divididos em assessorias administrativa, legislativa e política, porém no caso de Chapecó, essas funções são redimensionadas e acumuladas entre a equipe de assessores. No caso de alguns vereadores, os assessores políticos são lideranças comunitárias, sindicais, religiosas etc., pessoas de ligação pessoal do vereador para manter-se em contato permanente com a sua base eleitoral. Em alguns gabinetes foi possível perceber mais de duas pessoas trabalhando, mas nenhum dos vereadores confirmou de que eram pessoas contratadas por eles.

As relações entre o vereador e o eleitor parte primeiramente da importância que o atendimento às demandas dos eleitores assume na atividade política dos vereadores. Para Lopes (2004, p.156), “a prática do atendimento aos eleitores é uma busca de solução para questões pontuais e nela a interação face-a-face com o eleitor (no gabinete ou na rua) e com os problemas que o afetam no dia-a-dia é muito importante”. Esse atendimento e o contato são amplos e depende muito do papel da assessoria política. Para Kuschnir,

O atendimento a eleitores, o contato com diversos grupos (comunitários, profissionais ou de outra ordem) e o acompanhamento das reivindicações desses grupos são as tarefas principais da assessoria política. Em geral, os assessores são distribuídos segundo as áreas de atuação do vereador. As atividades variam muito, podendo estar relacionadas a associações de moradores, categorias profissionais, moradores de conjuntos habitacionais, empresários, grupos religiosos, setores do funcionalismo público ou mesmo indivíduos e famílias. (KUSCHNIR, 1999, p.34).

Alguns vereadores optam por atender as demandas a partir das relações pessoais (os assistencialistas) e exploram as amizades para manter um contato periódico com os eleitores, estabelecendo a relação de solicitações e, conseqüentemente, a busca da resolução dos problemas apresentados pelo eleitorado de caráter mais particular. Outros (os ideológicos), estabelecem relações coletivas, e suas demandas partem do interesse coletivo seja de entidades, clubes de serviços ou organizações. Alguns vereadores utilizam a relação construída durante a eleição e mantem o contato durante seu mandato. Para o vereador Silvio José, “os próprios líderes que ajudam nas eleições são encarregados e são referência nesses bairros, a própria população já procura aquelas pessoas que sabem que são os representantes”.

A visita ou a reunião é uma prática presente em todos os vereadores, alguns mais, outros menos. O vereador André exemplifica que, dentro do possível, tenta visitar todos e para “segurar teu eleitorado” é necessário agir assim. Segundo ele,

[...] sou um vereador diferente, um vereador do tempo antigo, de visitar as pessoas. Eu sou muito de visitar. Por exemplo, eu tenho naquela região lá da coca, eu tenho lá 30, 40 votos, eu sei de um por um. E eles me ligam e eu vou conversar com eles. Às vezes eu vou lá e visito 7 ou 8 no final de semana, no final de tarde, vou tomar um chimarrão, converso com eles. Aí no outro final de semana eu vou na outra comunidade, no outro final de semana vou em outra.... Eu mantenho esse pessoal assim informado. E eles pedem e eles gostam que tu vá na casa deles. Por exemplo, no final de tarde quando termina a sessão aqui, 7 e meia, 8 horas, eu já tenho duas, três reuniões. Fico meia hora numa, meia hora em outra, meia hora noutra, converso. Às vezes eles querem conversar com a gente e a gente vai lá, é muito bom isso aí. (Entrevista XV concedida ao pesquisador em 06/10/2015).

Assim como coloca Kuschnir, e que também está presente na relação construída pelos vereadores de Chapecó,

[...] os vereadores com bases eleitorais concentradas em bairros costumam reservar as manhãs, noites e finais de semana para trabalhar nos seus escritórios particulares ou organizar encontros fora da Câmara Municipal. Geralmente, mantêm uma agenda de visitas, debates, reuniões e atendimentos em seus redutos eleitorais. (KUSHINIR, 1999, p.5).

O vereador Bernardo comenta que “mantem o contato pelas redes sociais onde você acaba fazendo uma prestação de contas, pelos meios de comunicação, pelos jornais, pela radio, enfim, é esse o contato”. Diferentemente de outros vereadores, não tem um contato direto afirmando ser muito difícil, a não ser no bairro onde mora. O vereador Nivaldo enfatiza que,

[...] a sua “relação é de amigos, de parceiros; “quando as pessoas precisam alguma coisa a gente está fazendo o elo de ligação e tal, vendo o que tem de necessidade na comunidade, qual é a necessidade maior da região, das pessoas, que venha contribuir para melhorar a vida de cada um na região”. (Entrevista XVIII concedida ao pesquisador em 15/10/2015).

Outra forma de contato apontado pelos vereadores é através das lideranças comunitárias, criando, assim, um sistema político. Segundo Dias e Lima (2009), as lideranças comunitárias possuem o papel de intermediar a relação entre um parlamentar e o morador, afirmando que o

[...] líder comunitário funciona como elo entre o patron e a comunidade. Ao fazer com que o bem chegue à comunidade, a liderança associa sua concessão desse bem à solidariedade do patron estabelecendo assim uma dívida pessoal entre o cidadão e o patrão. A retribuição a esse ato de solidariedade é cobrada pela liderança por ocasião do processo eleitoral, fechando assim o ciclo de ajuda mútua. Muitas vezes essa retribuição vai além do depósito do voto na urna. A liderança consegue transformar a capacidade de mobilização da comunidade em uma verdadeira máquina de apoio político; a comunidade se transforma em um exército pronto para defender seu patrão na batalha eleitoral. É assim que “uma mão lava a outra”. (DIAS e LIMA, 2009, p.13).

Para o vereador Jorge³⁰ esse atendimento é na rua mesmo, ou no gabinete, segundo ele o “mandato conta com uma lista de mais de 10 mil eleitores que procuram manter o contato, e atende em média, por tarde, 30 pessoas”, e diz que “o ponto de visita é o gabinete, porque as pessoas sabem que chegou aqui eu estou aqui”. Representante do segmento dos evangélicos, esse mesmo vereador desenvolve um trabalho junto as igrejas e afirma que “demora até 40 dias para voltar na mesma igreja”, dificultando dessa forma um atendimento com mais frequência, e ainda destaca que: “os pastores me procuram muito pelo trabalho que eu tenho desenvolvido e vem conversar comigo a respeito de algum problema, então eu não posso dizer que é só essas igrejas, tem muita gente que vem aqui no nosso gabinete”. Ou seja, nessa relação construída pelo mandato do vereador Jorge, os próprios pastores são as lideranças que trazem à CMC as demandas dos seus fiéis e a partir disso ele procura fazer os encaminhamentos. Outros mantêm um cronograma de reuniões e visitas afim de acumular demandas.

Alguns gabinetes são mais movimentados por eleitores, outros pouco movimentados. Há vereadores que atendem mais tempo no gabinete, outros menos. Diante do exposto nas entrevistas, o atendimento ao eleitor se dá em diversos espaços. A Câmara que deveria ser o local para o recebimento das demandas, não é o espaço em que a população mais procura o vereador. Para o vereador Felipe, “as pessoas vem aqui, mas recebo mais solicitações na rua, nas festas de comunidade, pelo facebook”. O vereador Jorge é do segmento religioso e, por visitar as igrejas diariamente, recebe muitos pedidos dos fieis nas próprias igrejas. Gabriel³¹ é empresário recebe muitas solicitações na empresa e o Vereador Wolf Luiz, por atuar na área da saúde, recebe muitos pedidos dos pacientes pós-atendimento.

4.4 DEMANDAS E PRÁTICAS CLIENTELISTAS NA RELAÇÃO COM OS ELEITORES

As demandas levantadas pelo eleitorado³² são diversas. Parte das questões são de cunho particular que visam atender interesses pessoais, seja de ordem financeira ou serviços públicos, mas também levantam demandas de caráter coletivo que, na maioria das vezes, está relacionada ao serviço público e pautada por entidades, associações de moradores, grupos organizados etc.

Na política contemporânea o clientelismo ainda exerce papel fundamental no exercício das funções políticas no que tange principalmente a orientação do parlamentar na busca de

³⁰ Entrevista concedida por Jorge. Entrevista VIII. [set. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (20min40seg).

³¹ Entrevista concedida por Gabriel. Entrevista VII. [set. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (22min38seg).

³² Termo que utilizamos para mencionar o conjunto de eleitores de relação do vereador.

resolução dos problemas dos eleitores junto ao poder público. Segundo Bezerra (1999), parlamentares consideram de tamanha importância e mobilizam grande parte de suas energias para o atendimento de pedidos de caráter particularista (como internações hospitalares, vagas em escolas, etc.) provenientes do que consideram como suas bases eleitorais. E isso não é diferente em Chapecó. Pase (2012), argumenta que a “ação do vereador é guiada por uma representação de interesses ou pelo bem público e que a representação desses interesses tem uma clara intencionalidade: a realização de interesses imediatos em troca de votos futuros”, ação essa, definida por esse autor como clientelismo moderno. Nesse sentido, Pase (2012) defende ainda que,

[...] embora passível de crítica, tratamos a representação de interesses como uma ação particularista ou individualista que tem como objetivo a reprodução política do legislador. O exame da adoção de ações de cunho impessoal, coletivo e generalistas materializa a representação do interesse público; e, de outro modo, da adoção de ações particularistas, individuais e clientelistas, materializa uma representação de interesses. (PASE, 2012, p.190).

É importante, portanto, apresentar os principais tipos de demandas que os vereadores recebem, diferenciando-as entre ordem pública, particularista ou individualista. Independentemente da diferenciação, considera-se todas como práticas clientelistas, tendo em vista que o voto futuro está presente nas relações e a troca de favores entre político e cidadão acontece, sejam eles individuais ou coletivos.

Entre as demandas de interesse público apresentada pelos vereadores, encontram-se a solicitação por mais salas de aulas, construção de creche e escolas, discussão sobre o plano diretor da cidade, transporte coletivo, tubulação de vias, instalação de lombadas, declaração de utilidade pública para entidades e associações, a busca de recursos junto a deputados e órgãos dos governos estaduais e federais, compra de rifa e churrasco de festas das comunidades, instalação de academias ao ar livre, iluminação pública (lâmpadas queimadas), fechamento de buracos e abertura de bueiros. Já os pedidos de ordem individualista são para agilizar exames, cirurgias, medicamentos e consultas de saúde, aquisição de cesta Básica e medicamentos, caixão e ônibus para velórios, título de honra e homenagem, passagens, almoços e combustível, pedido de dinheiro (empréstimos), denominação de vias públicas, nomeação de cargos de confiança, pedidos de empregos e indicação de emprego para empresas, etc.

As demandas apresentadas acima são pedidos constantes nos gabinetes. Alguns vereadores organizam as demandas estabelecendo critérios para o atendimento ser diferenciado

e não atender dessa forma tudo o que aparece no gabinete. O vereador Edmundo³³ afirma que criou “um fluxo de atendimento para minimamente estabelecer critérios no mandato de não se tornar mandato assistencialista”. Para o vereador, “queira ou não queira, são demandas que recorrem de gabinete em gabinete, por não valorizar e fortalecer as políticas públicas existentes, e por isso se prioriza muito o atendimento das questões mais pessoais”.

Essas práticas clientelistas estabelecidas entre vereadores e eleitorado se manifestam também na fala do vereador Silvio José quando questionado sobre quais demandas a população traz para a CMC. O vereador ressalta que, “muitas vezes você precisa filtrar aquilo o que pode e aquilo que não pode. Essa que é a grande verdade. Emprego, o gabinete é cheio de gente pedindo emprego”. Diante disso o vereador afirma que chegam até ele os seguintes pedidos:

[...] de tudo. Desde um enterro de um ente da família que falece, com certeza eles já vão atrás. Quando não querem resolver o problema do cemitério, querem resolver o transporte, é incrível, mas é assim. Muitas vezes o vereador tem que se sobressair. O vereador tem que fazer do mandato dele, fazer do salário dele muitas vezes tirando do bolso, tem que fazer, tem que ajudar. (Entrevista IV concedida ao pesquisador em 14/09/2015).

O vereador enfatiza que “se tu virar as costas quando a pessoa mais precisa, com certeza na próxima eleição tu.... (Gesto com a mão de que está ferrado)”. No entanto, Oliveira (1999) ressalta que “a retribuição a esse ato de solidariedade é cobrada pela liderança por ocasião do processo eleitoral, fechando assim o ciclo de ajuda mútua. É assim que uma mão lava a outra”.

Nivaldo³⁴ relata que recebe pedido e que “todos os problemas que surgem, nem todos me procuram, mas a parte que me procura a gente procura debater e ver o que pode ser feito”. No caso do vereador Hélio, é criada uma dinâmica diferente para levantar as demandas da sua base eleitoral. Ele afirma que “a minha casa não tem portão eletrônico, o meu portão é quebrado, pra ninguém dizer que por ventura tentou bater na porta da minha casa e não conseguiu”. Isso demonstra que o vereador está à disposição dos eleitores, e complementa dizendo: “todos sabem onde eu moro. Eu gravito pela comunidade e eu conheço as demandas a partir daquilo que a gente sofreu junto até hoje”. Apresenta-se nessa situação também uma postura de ir até o eleitor utilizando-se da relação familiar que construiu historicamente na comunidade.

Sobre os pedidos de ordem pessoal e assistencialista, o vereador Nivaldo alerta para o fato de que “o eleitor já tem o costume de ir nos vereadores que tem feito essa atitude na época

³³Entrevista concedida por Edmundo. Entrevista XIII. [out. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (22min21seg).

³⁴Entrevista concedida por Nilvaldo. Entrevista XVIII. [out. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (17min41seg).

de eleição, acaba criando um vínculo e o vício do próprio leitor (eleitor)” e afirma que “não tem esse costume de dar, tentando ajudar no que é possível, mas não deixando aquele vício tomar conta”. Essa mesma afirmação foi feita pelo vereador Igor quando fala que “seu mandato tem sido procurado muito pouco ou quase nunca para resolver problemas dessa natureza”.

Para o vereador Marcelo, “a câmara é uma assistência social e os pedidos são de diversas áreas”. O vereador frisa que o cidadão que está pedindo

[...] ganha do SUS para ir a Passo Fundo, mas ele ganha a parte de médico e assistência lá, mas o deslocamento não. Então sempre tem que dar um almoço, uma janta, uma diária lá para a pessoa que vai acompanhar. [...] o SUS não cobre tudo, sempre falta alguma coisa. Por exemplo, um trabalhador meu de um frigorífico, um agricultor meu aí que me ajudou me diz: olha vereador eu ganhei tudo não tenho dinheiro para uma passagem, me ajuda com o almoço que eu não ganhei? (Entrevista III³⁵ concedida ao pesquisador em 11/09/2015).

O vereador Jorge afirma que as solicitações são diárias: “Direto, todos os dias. Desde cesta básica, iluminação pública, lâmpadas queimadas, buracos nas ruas, medicamentos, consultas”. Ele complementa dizendo que “tem pessoas que ficou 12 anos esperando uma consulta e a gente vai ver o que está acontecendo; em todos os âmbitos que pode imaginar as pessoas pedem”. Esse mesmo vereador quando questionado se consegue atender todas as solicitações relata que algumas sim outras não. Afirma que “não mede esforços para tentar resolver, e que algumas situações são mais difíceis quando depende de outras pessoas, porque nem todos têm o mesmo intuito, tem alguns que estão no cargo público”.

Para o vereador Felipe os pedidos vêm “de toda ordem, financeiro”. Argumenta que infelizmente não é o papel do vereador, “mas a gente tem a questão de rifas, questão de eventos nas comunidades. Naquilo que é possível a gente procura atender de forma dentro da legalidade, dentro da normalidade dos procedimentos”. O vereador Felipe afirma que não separa parte do valor do seu salário para ajudar os eleitores, mas ressalta que,

[...] como não temos estrutura de gabinete, nós a partir do salário ou do subsídio do vereador aonde a gente consegue contribuir e dentro da possibilidade de contribuição, ou seja, na compra de ingresso, na compra da rifa, a gente faz voluntariamente. Nós não colocamos nenhum valor, nós vamos atendendo, vamos para as atividades até que nós temos perna para chegar. [...] O subsídio nosso, numa população de 200 mil habitantes, numa circunferência que abrange o território Chapecoense é grande e extenso. Então nós temos o abastecimento do veículo para conseguir chegar até as comunidades, nós temos o material para fazer o informativo para a comunidade, nós trabalhamos de sol a sol para conseguir mostrar um pouco nosso trabalho e também ouvir a comunidade para trazer ao legislativo as demandas da

³⁵ Entrevista concedida por Marcelo. Entrevista III. [set. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (17min14seg).

comunidade. [...] Então não temos nenhum recurso destinado, mas todo mês essa questão de contribuição junto com a comunidade seja de rifa ou de coisas que é o papel que todo cidadão também faz, todo cidadão também contribui, quem consegue comprar o ingresso de uma comunidade vai lá almoçar, contribui para que a comunidade consiga permanecer viva, e ajudando as pessoas que nela participam. (Entrevista X concedida ao pesquisador em 28/09/2015).

A maioria dos pedidos aos vereadores é de ordem pessoal e assistencialista, mesmo as de interesse público. Além de dinheiro, rifas, serviços públicos a questão da saúde é bastante procurada. São encaminhamentos para consultas, medicamentos, exames e cirurgias que o eleitor vê no vereador uma forma de agilizar, tendo em vista que o mesmo tem acesso e pode intermediar o contato com a Secretaria Municipal da Saúde. Como afirma André,

“o pessoal te pede... eu gostaria que eu me emprestasse 500,00, 1000, 200, esse tipo de gente tem toda hora estão pedindo. Outra coisa que pedem muito... rifa, promoções, para pedir, por exemplo, para fazer janta pedir carne, pede tudo essa coisa. Isso aí é loucura”. [...] se tu ficar aqui 15 dias dando o que o pessoal te pede, daí você tem que (...) não chega o dinheiro (...) mas nem (...). Assim mesmo o dinheiro que eu ganho aqui vai tudo em ajuda para um, para outro. [...] Às vezes chega um cara aqui, por exemplo, olha, o médico me deu para comprar esse remédio, no SUS não tem. E tu vê o problema e conhece o problema, e tu sabe que ele não tem condição de comprar, tu sabe que ele te ajudou as vezes né...mas se tu vai fazer tudo isso daí tu tem que desembolsar dinheiro. Eu tento trabalhar em cima do que eu ganho aqui, eu ganho 6.800, eu fico em cima desse valor. Esse valor é para esse fim. (Entrevista XV concedida ao pesquisador em 06/10/2015).

O vereador Jorge argumenta que sentiu na pele dificuldades e que como vereador jamais negará ajuda a alguém que está precisando. Segundo ele,

Isso não sei se é legal ou ilegal, mas me faz bem, porque nunca vou me esquecer que no ano de 1999 eu precisei de cesta básica, eu e minha esposa, para poder alimentar nossos filhos. Foi ali eu fui para a igreja e eu vi a união daquele povo da igreja. Muitos não tinham nada, tinham dois quilos de açúcar e me ofereciam um, então é uma coisa que eu não vou esquecer. Emociona até quando eu lembro. (Chorou.). (Entrevista VIII concedida ao pesquisador em 23/09/2015).

Complementa dizendo que “nós destinamos mais de sessenta por cento do salário do vereador para ajudar a comunidade”.

O vereador Bernardo aponta para alguns casos específicos e a necessidade de procurar uma solução ao problema dentro das instituições públicas. Para ele,

Quando se trata de questões de que eu acho que as pessoas precisam, tem uma necessidade, uma consulta, um exame e tal, eu busco os meios próprios que é a secretaria de saúde, ou problemas de pessoas que estão desamparadas, idosos, pessoas com deficiência a gente busca junto a secretaria de assistência social dar o

encaminhamento necessário. (Entrevista XII concedida ao pesquisador em 01/10/2015).

E reforça dizendo que não procura estabelecer uma “relação de ajuda pessoal” com os seus eleitores, somente em casos excepcionais.

[...] evidentemente, raras as situações, mas eu busco ajudar as pessoas e as vezes a gente percebe que a situação é de risco, situação melindrosa, eu não me furto. Mas é muito difícil isso ocorrer. Inclusive ajuda financeira para a compra de medicamento, ou pagar uma passagem, mas isso digo que é muito raro, é realmente quando as pessoas estão numa situação muito delicada, e que a gente vê que a vulnerabilidade é muito grande. Não é o perfil do meu mandato. O perfil do meu mandato é buscar solucionar politicamente os problemas sociais, aqueles de forma, as demandas coletivas ou aquelas demandas localizadas. Buscar intervir junto às entidades, instituições responsáveis. É isso que a gente procura enquanto mandato colocar a disposição da população. (Entrevista XII concedida ao pesquisador em 01/10/2015).

Segundo o vereador Edmundo as solicitações que recebe tem sido caracterizada como prioridade às que têm “perioridade”³⁶. Segundo ele,

[...] nosso gabinete tem ajudado muito pra orientar os problemas de saúde, e fizemos o encaminhamento, ou pro posto ou pra secretaria de saúde, em especial aquelas que caracterizam emergência. Com protocolo, acompanhar, com dar retorno, requerer que a secretaria faça todo processo de avaliação e caracterização dos problemas, enfim... (Entrevista XIV concedida ao pesquisador em 05/10/2015).

Neste caso, é importante ressaltar que mesmo sendo um vereador de oposição, mantém relação com setores do poder executivo a fim de agilizar demandas do eleitorado. Mesmo lembrando que o mandato também se pauta pelo debate das questões coletivas, tem recebido “pedidos de contribuição pra rifa de comunidade, tem pedido pra fazer convite, que daí tem restrição por parte da câmara, legalmente não pode, tem pedido pra comprar remédio, tem pedido de empréstimo que nunca devolve mais”. Edmundo afirma que “a procura pelos pedidos eram mais frequentes no primeiro mandato e que era muito latente, hoje está controlado”.

Já o vereador Hélio diz ser o vereador “rei do não”. Ele não aceita nenhum pedido de ordem assistencialista. Afirma não trabalhar com doação financeira para eventos. “Eu posso trabalhar junto, eu tenho por conceito, eu dō o meu tempo, eu não dō valor financeiro”. Nesse mesmo sentido, o vereador Nivaldo mencionou que trabalha em eventos beneficentes como forma de colaborar com o eleitor que solicitou algo para aquele evento.

³⁶ Na afirmação do vereador, são aqueles que aparecem com mais frequência no gabinete.

As práticas clientelistas são comuns no legislativo chapecoense, como foi possível observar, além das entrevistas com os vereadores, através de conversa realizada oportunamente com dois eleitores que procuravam por ajuda médica e aguardavam para serem recebidos pelos vereadores buscando algum tipo de encaminhamento para seus problemas.

Bezerra (1999, p.14) afirma que, “a destinação de benefícios públicos para lideranças políticas e moradores das localidades aos quais se encontram vinculados politicamente reforça o conceito de clientelismo político”. O recebimento dos pedidos de favores exige do vereador uma relação de compromisso em resolver os problemas dos eleitores. Tem as demandas que ele atende diretamente com a estrutura que possui no gabinete e com recursos financeiros próprios e as que ele atende a partir do acesso que tem no poder executivo. Para que isso se concretize, exige-se do parlamentar habilidade em encaminhar as demandas e principalmente boa relação com órgãos do executivo e responsável pela pasta.

Segundo Lopes (2004, p. 166), “esse comportamento é coerente, dado que o capital político do vereador é medido por sua capacidade de atender aos pedidos que lhe são encaminhados”. Portanto, “estar no cargo é, em si, um atributo que lhe confere parte dos acessos”³⁷. Os acessos são fundamentais para que a política clientelista traga resultados satisfatórios para o vereador e para o eleitor, garantindo assim, um certo grau de importância ao político perante a sua comunidade ou base eleitoral. O vereador Paulo Cesar comenta que “a pior coisa é quando o político fica desacreditado. Tentar resolver os problemas e não consegue e daí ele fica enrolando o eleitor”.

A partir do momento em que o vereador não atende a reivindicação do eleitor, mesmo que seja uma resposta ou postura negativa ao pedido feito, ele se apresenta como alguém que certamente terá restrições na eleição posterior, por parte do seu eleitorado. Para que isso não aconteça o vereador constrói estratégias para avançar nas suas relações com o poder executivo que, conseqüentemente, trocará favores com o legislador (principalmente em obter o apoio do vereador na Câmara para aprovação dos projetos), garantindo, dessa forma, o atendimento a demanda levantada pelo eleitor que, numa relação de troca de favores, pode facilitar o apoio na eleição futura.

³⁷ Kuschnir, *apud* Lopez, analisando as atividades políticas de uma vereadora da cidade do Rio de Janeiro salienta que “ter *acesso* é o que diferencia os políticos e, em especial, os parlamentares, das demais pessoas. O *acesso* é um bem escasso e que não pode ser comprado, mesmo por quem tem muito dinheiro. Para se obter *acesso*, é preciso entrar para a política” (LOPEZ 2004, p.162).

Pelas falas dos entrevistados verifica-se que não existem “tipos puros” de políticos ideológicos, pois em função das relações estabelecidas por ele com o eleitor, almejando um futuro apoio, os mesmos também adotam práticas assistencialistas.

4.5 RELAÇÃO CLIENTELISTA DO VEREADOR COM O EXECUTIVO

O acesso ao Poder Executivo torna-se um dos instrumentos fundamentais para o exercício da vereança (KUSCHNIR, 1999, p. 38). A fim de resolver as demandas dos eleitores, Lopez (2004, p. 163) destaca que “as redes de relações pessoais construídas dentro da administração pública são uma das estratégias de maximização da capacidade de atendimento. Essas que podem ser através da amizade, na patronagem, no parentesco ou em alianças políticas”.

Uma das formas que garante resolutividade às demandas dos eleitores é através de aliança política com o prefeito, que tem como consequência a subordinação do vereador para com o prefeito. Vale ressaltar que tal subordinação é recorrente quando o prefeito tem ampla maioria do apoio na Câmara. Muito disso se dá em função da aliança feita na eleição municipal e na composição de cargos do governo com diversos partidos locais, o que garante sua ampla maioria de representação no legislativo.

Kuschnir, *apud* Lopez (2004, p.116), em estudo realizado sobre a Câmara na cidade do Rio de Janeiro, demonstrou que “a falta de capacidade do legislativo de fiscalizar o Executivo expressava-se, entre outros aspectos, na dependência dos vereadores em relação à capacidade de atendimento as suas demandas, feitas pelos eleitores – no que dependem do executivo”. Portanto, “manter e alimentar a relação com o Poder Executivo é o que garante ao seu papel de vereador o prestígio junto aos eleitores” (KUSCHNIR, 1993, p. 116). Isso ficou claro nas falas dos vereadores Bernardo, Igor, Leonardo³⁸ e Olavo Henrique³⁹ quando dizem que “tem um legislativo subordinado ao executivo”. O que significa que, aprovando as demandas do executivo, o vereador terá maior facilidade de “barganhar” as demandas para seu eleitorado e assim manter uma relação cordial com o grupo político que governa a cidade para “interesses” futuros.

³⁸ Entrevista concedida por Leonardo. Entrevista II. [set. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 2 arquivos mp3 (09min25seg e 09min46seg).

³⁹ Entrevista concedida por Olavo Henrique. Entrevista XIX. [out. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivo mp3 (16min05seg).

A partir das entrevistas realizadas verificamos que os vereadores de Chapecó, a partir das demandas levantadas pelos eleitores, encaminham os pedidos das comunidades e pessoais para os órgãos da administração municipal responsáveis pelo serviço. Grande parte dos pedidos requerem providência imediata, como obras de pavimentação, instalação de lombadas, construção de creches, iluminação etc. Em sua grande maioria, os pedidos são apresentados no legislativo como proposições e indicações dos vereadores ao Prefeito Municipal, e em seguida intermediados pelo vereador com o responsável pela pasta correspondente. Para o vereador Bernardo essas indicações e proposições são divulgadas e contabilizadas pela imprensa como projetos de lei, o que credencia o vereador como sendo atuante no legislativo. Isso reforça o limite de atuação do vereador que centra toda sua energia do mandato para a função de assessoramento, pois o mantém em relação com a sua base eleitoral construindo sua pauta de demandas e encaminhando ao executivo para resolvê-las, apresentando-se, dessa forma, como um vereador também atuante no legislativo.

4.6 SUBORDINAÇÃO DO LEGISLATIVO AO EXECUTIVO

Do mesmo modo que Lopes apresenta no seu estudo de caso sobre Araruama, no Rio de Janeiro⁴⁰, em Chapecó as relações entre o poder executivo e legislativo se configuram a partir da subordinação do segundo ao primeiro (LOPEZ, 2004, p. 166). A necessidade do executivo de governar com a maioria para manter governabilidade acaba tirando o papel central do legislativo e aumentando o poder do prefeito municipal, enfraquecendo dessa forma o papel do legislativo enquanto poder. A autonomia na produção de políticas por parte dos legisladores fica reduzida e restrita a áreas específicas, como a aprovação de gastos e orçamento e nas funções de assessoramento. Segundo a Lei Orgânica Municipal (1990, s.p.) “são poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Executivo e o Legislativo”. Neste sentido cabe ressaltar a independência que o legislativo tem. A forma de subordinação atual confronta o § 1º do art. 23 que determina: “Salvo as expressas exceções previstas nesta Lei Orgânica, é vedado a qualquer dos Poderes delegar competência”.

Quanto a independência dos poderes legislativo e executivo o vereador Hélio afirma:

[...] os poderes no papel eles são independentes. Na constituição eles nasceram pra ter essa relação. Uma relação interessante que se ela for respeitada ela é extremamente

⁴⁰ Lopes analisa as atividades políticas cotidianas dos vereadores do município do interior do estado do Rio de Janeiro, relacionando-as à dinâmica institucional entre Legislativo e Executivo municipal e às percepções sociais dos eleitores a respeito da natureza da atividade política.

proveitosa. Mas aí numa gestão depende muito da proporcionalidade de situação de oposição, de que tipo de base você tem. (Entrevista IX concedida ao pesquisador em 28/09/2015).

Já o vereador Felipe ressalta a falta de autonomia do legislativo

[...] teoricamente seriam poderes independentes. Mas o que nós constatamos por sermos da oposição e o Executivo tem na Câmara de Vereadores uma base que vota nos seus projetos, que vota na sua posição, então há quase que uma homologação, quase que um cartório de homologação dos projetos que vem do executivo. Então é uma relação de força todo dia e a todo o momento que nós exercemos, que nós dispndemos sobre os projetos na defesa de aquilo que é bom pra comunidade Chapecoense, naquilo que diz respeito à legalidade, a constitucionalidade e nós temos o compromisso com a comunidade Chapecoense. (Entrevista X concedida ao pesquisador em 28/09/2015).

A falta de autonomia está condicionada a base governista e as trocas diárias entre o vereador e o executivo, e isso prejudica a elaboração de leis ou votação de projetos que discutem a política mais geral e estratégica da cidade. O vereador Bernardo reitera que dentro do legislativo municipal “são poucos vereadores que tem autonomia no legislativo e independência, se impor politicamente frente ao executivo frente a matérias mais delicadas para a cidade”. E comenta a diferença de comportamento entre os vereadores da base do governo e da oposição,

[...] a relação da maioria dos vereadores na atualidade, e não é muito diferente em outros momentos, é de ter uma relação muito mais clientelista com o executivo. Ou seja, são base do governo, por conta disso eles tem uma fatia dos cargos comissionados que existe hoje na administração. Os vereadores pra ser base do governo, pra manter o voto e a linha de atuação na câmara de vereadores votando sempre no governo as vezes cegamente, mesmo que o governo estando errado, eles tem aí determinados cargos comissionados. Então é uma relação entre aspas promiscua de certa forma. Os vereadores de oposição evidentemente não têm essa relação. A relação muito mais de fiscalizar, propor e questionar o executivo. (Entrevista XII concedida ao pesquisador em 01/10/2015).

O vereador ainda chama a atenção para a estratégia do governo para garantir a subordinação dos vereadores da oposição ao mencionar que na composição atual da câmara metade dos vereadores da base de apoio ao governo municipal são suplentes. Para ele, “o governo adotou uma postura de manter na câmara um número razoável de suplentes pelo fato de que esses são muito mais vulneráveis que os próprios titulares”. Portanto, apresenta-se um gesto de intimidação aos suplentes: “porque se pisarem fora da bola, corre o risco de perder a cadeira, o exercício da cadeira como também pode agir demitindo os indicados que eles têm no executivo”. Ou seja, mesmo na teoria os poderes sendo independentes e autônomos, os

vereadores da situação agem como forma de blindagem e apoio quase que incondicional ao executivo.

4.7 RELAÇÃO ENTRE O VEREADOR E O EXECUTIVO NO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS

Para garantir a resolução das demandas dos eleitores na maioria dos casos se adota práticas clientelistas que estão interligadas dentro desse processo de relações construídas entre eleitor, vereador e o executivo, em que um depende do outro. Esse caso se dá principalmente para vereadores que apoiam o prefeito, tendo em vista a facilidade que esse possui para agilizar determinada demanda. Neste sentido, o executivo municipal passa a ser o principal agente monitorador das trocas existentes entre o eleitor e o vereador.

Para o vereador Camilo, a relação entre o executivo e o legislativo é “dentro do permitido, dentro dos limites, dentro do que pode e do que estabelece a própria constituição, há uma relação grande de respeito”. Segundo ele, “as demandas acontecem, e manda por ofício para o secretário para resolver determinado assunto e isso acontece, e não tem que reclamar disso, acho que é importante isso porque quem ganha é a população”. Por sua vez, o vereador André afirma que a sua relação com o Executivo se estabelece da seguinte forma: “o eleitor me pede e eu vou direto ao secretário para resolver”. De acordo com ele, a sua relação com executivo não é ruim, e conclui: “não posso dizer que é porque eu faço parte do governo”, segundo ele, apenas possui “um bom relacionamento tanto com o prefeito, como o vice-prefeito, e esse relacionamento nos dá condição de estar próximo da administração, acompanhando na verdade o que ocorre”.

Ao ser questionado se há prioridade no atendimento das suas demandas por pertencer a situação e o quanto de suas demandas é atendido pelo executivo, o vereador enaltece que,

[...] normalmente são prioridades atendidas. Não vejo com facilidade, e o Executivo tem atendido as prioridades não importa se é da oposição ou da situação. Até porque às vezes os pedidos feitos pela oposição também são feitos pela situação. Então a gente vai pedir mais aquilo que a gente sabe e tem conhecimento de que há recurso para ser executado. (Entrevista XV concedida ao pesquisador em 06/10/2015).

O vereador Nivaldo, ao falar da sua relação com o executivo para o atendimento das suas demandas, afirmou que

[...] o pessoal é bem parceiro, a gente tem um acesso fácil com os secretários, diretores, prefeito, vice-prefeito... (...) todos os vereadores têm o mesmo acesso, só vai do jeito de cada um pedir. Na minha opinião não pode ter confronto, querer ser mais que o outro. (...) tem que ter respeito mútuo. Não vou dizer que é da mesma forma que acontece, mas é meio parecido com a situação e oposição. (Entrevista XVIII concedida ao pesquisador em 15/10/2015).

Para o vereador Wolf Luiz, que pertence a base de sustentação do governo, existe dificuldades para o executivo atender todo mundo. Ele comentou que há dificuldades com algumas secretarias

[...] porque existem muitas demandas e não consegue atender todos. Mas sempre quando eu me reporteí, seja por ofício ou telefone, mesmo em audiência, eu sempre fui bem atendido. Às vezes não recebi o sim que eu gostaria de levar para a comunidade, mas fui bem atendido, então não posso me queixar. (Entrevista XIII concedida ao pesquisador em 02/10/2015).

Já a maioria dos legisladores que fazem oposição ao governo afirmaram que enfrentam dificuldade no atendimento das demandas dos eleitores junto ao executivo. Ao ser questionado se tem os seus pedidos acolhidos pela administração municipal, o vereador Silvio José respondeu: “Não (...) não se consegue. (...) E quem trabalha com indicações ela chega na prefeitura e não tem o seu destino. Porque o executivo de uma maneira geral quase não dá atenção para os vereadores da base, imagine para os vereadores da oposição, essa é a grande verdade.” Silvio José prossegue afirmando que a relação com o executivo não é boa.

[...] não é boa porque o executivo, quando eles fazem a maioria, eles acham que o vereador tem que ser subordinado a eles e votar aquilo que eles acham que tem que ser bom para o município e muitas vezes os vereadores não tem nem a escolha de propor leis diferentes, de emendar o orçamento, de fazer emendas as próprias leis que vem oriunda do executivo. São barrados. É ruim, muitas vezes quando o poder executivo faz maioria e maioria absoluta na câmara de vereadores. Não é bom, para o município, não é bom. (Entrevista IV concedida ao pesquisador em 14/09/2015).

O vereador Olavo Henrique, mesmo sendo da oposição, afirma que tem contato e relação com o prefeito, com vice-prefeito, vereadores da base, com secretariado. De acordo com ele, “não tem aquela coisa, aquela barreira ou aquela porta fechada”, mas diz não possuir o mesmo acesso junto ao executivo que os vereadores da base do governo têm.

[...] tem muitas situações que se nós vereadores tivéssemos emendas parlamentares como os deputados tem, nós conseguíamos fazer muito mais. Eu acho que o Executivo também iria aplicar o seu dinheiro de uma forma diferente. O contexto que a gente vive hoje de oposição é complicado... a gente não tem acesso a muitas coisas que os vereadores da base têm. Mas com boa conversa mantendo um bom relacionamento, uma das virtudes que tem que ter dentro do mandato dentro da

casa, é pegar as pautas que realmente são necessárias. Não pegar muitas coisas que às vezes é feito cavalo de batalha dentro da casa. Eu acho que bater, bater, bater não é a solução... eu acho que muitas vezes a gente tem que tentar construir um pouquinho para depois avançar na frente. (Entrevista XIX concedida ao pesquisador em 10/2015).

Dentro do bloco de vereadores da situação estão os partidos considerados “nânicos” e que mesmo pertencendo a base do governo, atuam de forma “mais independente”. Para o Vereador Jorge, seu voto está condicionado “naquilo que é bom pra comunidade, independentemente se é ruim pro governo”. Para ele, “se é bom pra comunidade eu voto a favor sempre. Pode ser de quem for o projeto ou requerimento, emenda, seja quem for eu vou ‘tá’ favor. E não admito receber ligação para votar em projetos favoráveis, projetos algum”. Diante da imposição do governo declarada pelo vereador Felipe, Jorge comentou: “uma vez eu recebi uma ligação, uma vez só eu fui taxativo, nunca mais me ligaram. Eu creio que faço parte do grupo, mas com os dias contados”.

Nessa mesma linha, para o vereador Renato Fonseca, a relação com os vereadores que foram eleitos na coligação com o prefeito municipal, considerados os partidos pequenos “não é muito boa, nunca teve. Sempre teve a discórdia, os prós e os contras. Eu não tenho uma boa aceitação do outro grupo **“majoritário da base do governo” (grifo nosso)** porque eu não admito que ninguém manda nas minhas votações”. Para ele, sua “relação com governo é uma relação de independência. Eu não devo nada ao governo. Eu não tenho obrigação. Tenho quatro indicados desde o início, que são pessoas capacitadas e a hora que o prefeito não quiser também manda embora.”

Na relação com o poder executivo, o vereador Jorge que é da situação, mas pertence aos partidos considerados nânicos, ressalta que,

[...] a relação dos vereadores que foram eleitos no conjunto do prefeito não está muito boa. Nunca teve. Porque sempre teve as discórdias, os prós e os contras. (...) eu não tenho uma boa aceitação dentro do grupo porque eu não admito que ninguém mande nas minhas votações. (...) Não temos grande parte no governo, nunca tivemos aquele espaço como os outros partidos tem. (...) na minha primeira eleição eu já apoiei o atual governo, nós éramos em seis ou sete partidos, ou nove, não lembro, já não cumpriram o acordo comigo. (...) agora no segundo (...) ninguém acreditava que elegeríamos um vereador (...) e tínhamos um acordo: cada partido com vereador eleito teria direito a uma secretaria, esse era o acordo. E se os nânicos fizessem uma legenda teriam uma secretaria, e elegemos dois vereadores e ficamos sem secretaria. (Entrevista VIII concedida ao pesquisador em 23/09/2015).

Embora apresente dificuldades de relação com o Executivo Municipal, o vereador Jorge afirma que encaminha os pedidos da sua base eleitoral diretamente com o secretário. “Eu ligo

direto no secretário, ou se for algo muito urgente vou diretamente falar com ele pra encaminhar”.

O vereador Felipe comenta que há uma imposição do governo para que os vereadores da situação votem a seu favor, e segundo ele, e de acordo com outros depoimentos de vereadores da base de apoio ao prefeito municipal, eles “sentam todas as segunda-feira com o Executivo. Eles têm uma relação próxima e eles já sabem os projetos que vão tramitar na semana e aqueles que podem e devem ser aprovados”. Felipe ressalta a facilidade de aprovação dos projetos da administração municipal, uma vez que tem a maioria da Câmara dos Vereadores. Já os projetos da oposição raramente são aprovados.

[...] a relação da Câmara com o poder executivo, vendo que a grande maioria da base, a base do governo é a maioria no legislativo, pois eles têm sempre a maioria dos votos. Portanto todo e qualquer projeto que vem do executivo ele tem uma facilidade na sua aprovação. Com raras exceções é que os projetos da oposição passam. E são projetos que repercutem questão de grandeza para Chapecó acabam sendo derrotados por isso. (Entrevista X concedida ao pesquisador em 28/09/2015).

Um dos fatores condicionantes para essa postura leal ao executivo e apontado pelos vereadores, diz respeito à retribuição dos favores do executivo municipal, seja através de cargos comissionados ou algum serviço público atendido. O fato de ter obtido ou não algum favor do executivo molda o comportamento dos vereadores no legislativo. Para o vereador Felipe, é uma relação muito próxima, e quando ocorre alguma insatisfação por parte vereador logo há um ajeitamento para satisfazer e mantê-lo leal ao executivo. Ele ainda afirma que, se “eles têm cargos em secretaria ou foram atendidos em seus pedidos, eles votam nos projetos do governo”.

Concordando com o vereador Felipe, o vereador Bernardo ressalta que,

[...] geralmente quando os vereadores de situação votam contrário ao governo em alguma coisa, como agora recentemente votaram um requerimento pra que a Secretária de Educação seja afastada do cargo até que se investigue os desvios da merenda escolar. Eles fazem isso, ou por problemas pessoais ou porque estão tendo problemas em algum pleito na administração, ou algum cargo comissionado foi demitido, ou alguma coisa que não está sendo atendida, porque a maioria dos vereadores na atuação parlamentar tem uma atuação clientelista. (Entrevista XII concedida ao pesquisador em 01/10/2015).

O Vereador Edmundo, por sua vez, fala que o “Mensalão” que foi desvendado em Brasília existe também aqui em Chapecó. Qualquer insatisfação do vereador ele muda o seu posicionamento na Câmara, com o objetivo de pressionar o poder executivo.

[...] é uma pena, porque inclusive tem vereadores que, como o processo de leis é com duas votações, na primeira votação se votou contra o governo, depois, na minha avaliação, como suspeita de que houve acordo, de troca de favores, mudou o voto no outro dia sem mudar nada no projeto. Simplesmente votou a favor num dia e votou contra no outro. Isso é recorrente quando que tem uma insatisfação por parte de algum vereador que foi mexido na sua base interna do poder executivo, reage aqui na câmara de vereadores. (Entrevista XIV concedida ao pesquisador em 05/10/2015).

Diogo Junior⁴¹ ressalta:

Não teve o mensalão federal? O mensalão federal foi principalmente a compra de parlamentares. Foi comprado via dinheiro, foi dado dinheiro “pros” parlamentares em troca de votos. Em Chapecó existe o mensalão também, mas não se dá com dinheiro, se dá com cargos comissionados. Determinado vereador da base do governo tem tantos cargos comissionados em contrapartida vota com o governo. O que tira toda a autonomia da câmara de vereadores. (Entrevista VI concedida ao pesquisador em 16/09/2015).

O comportamento dos vereadores insatisfeitos e a condição do voto em favor do executivo na câmara é apontada pelo vereador Karlos quando esclarece que se “vê o comportamento de alguns vereadores que muitas vezes, ontem por exemplo, a favor 100%, hoje já é rebeldia porque não foi atendido alguma coisa”. Isso demonstra que a relação do vereador é extremamente dependente de que suas demandas e solicitações sejam atendidas e que seu comportamento na câmara depende disso.

Mesmo tomando uma posição de defesa do executivo e não de obrigatoriedade do prefeito em resolver as demandas dos vereadores, o vereador Karlos afirma que em uma das conversas que teve com o Prefeito Municipal esse lhe disse: “tudo que você me ajudou nesses últimos quatro anos ou não me ajudou em nada, tudo ou nada, o ano que vem tem eleição. Se você me ajudou bastante vamos colher frutos, se não me ajudou nada, não vai ter fruto para colher”. Embora tenha afirmado estar tranquilo com a posição que o prefeito tomou, o vereador ressalta a necessidade que o prefeito tem em atender suas solicitações para que possam colher juntos os frutos na próxima eleição. Ou seja, receber juntos em forma de votos os favores atendidos.

Para o vereador Bernardo, o que existe hoje é uma “dependência política muito grande do legislativo em relação ao executivo, especialmente dos vereadores da situação, que são 14 vereadores e sete da oposição”. Para ele,

[...] a sobrevivência política deles dependem muito dos favores entre aspas que eles fazem para a população. Não que isso não seja justo, mas se cria uma relação

⁴¹Entrevista concedida por Leonardo. Entrevista VI. [set. 2015]. Entrevistador: Jaques Antonio de Toledo. Chapecó, 2015. 1 arquivos mp3 (24min33seg).

clientelista de alguém que precisa de uma pedra, para dar uma força o vereador consegue e se o secretário lá não vai levar a pedra para a fossa do eleitor do vereador, ele tem problemas. E aí ele começa a cutucar o governo e votar às vezes até contra porque não está sendo atendido nos seus pleitos. (Entrevista XII concedida ao pesquisador em 01/10/2015).

O que podemos observar é que o executivo municipal tem total poder sobre a Câmara de Vereadores, uma vez que possui influência sobre a maioria das cadeiras na Casa Legislativa. A falta de autonomia pela maioria do legislativo está condicionada pela política de governabilidade da atual administração, que tem com base na troca de favores a aprovação dos seus projetos. As trocas existentes e as práticas clientelistas aqui mencionadas, envolvendo primeiramente eleitor e vereador, e depois vereador e executivo, é uma prática cotidiana com objetivo de manter a fidelidade dos vereadores. Além disso, vale ressaltar a importância de muitos suplentes estarem na casa, como forma de condicioná-los a atuarem diante da demanda que o executivo propõe. Ou seja, se o executivo atender suas reivindicações, que na maioria das vezes são dos eleitores, além de ajudarem a governar a cidade também manter-se-ão comprometidos com a governabilidade e com quem comanda o executivo municipal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar o legislativo chapecoense a partir da percepção que os vereadores têm sobre o seu papel na Câmara. Busquei realizar este trabalho tendo presente os limites e possibilidades da atuação dos vereadores de Chapecó no primeiro triênio da 17ª legislatura (2013-2015) e destacando a prática clientelista em sua atuação legislativa, fator que acaba sendo determinante em função da sua limitação no espaço e subordinação da maioria dos vereadores ao executivo municipal.

O primeiro passo do trabalho foi buscar contextualizar o poder legislativo chapecoense atual dentro de um processo histórico e das práticas herdadas em outros períodos da história política brasileira e chapecoense. Diante disso, foi possível concluir que o poder legislativo historicamente foi hegemônico por uma elite local desde a fundação da cidade de Chapecó, e essa prática clientelista foi, e continua sendo, um método de manutenção do poder na cidade, sendo essas práticas herdadas do sistema coronelista.

Paralelamente procurei destacar o perfil dos vereadores no período analisado e apresentar quais são as funções do vereador a partir da percepção dos mesmos. Embora boa parte dos vereadores de Chapecó seja oriunda de movimentos, associações ou sindicatos, sua representação política e partidária é o que define como será sua atuação no legislativo, constituindo, dessa forma, a representação de alguns setores da cidade, pois as relações clientelistas estabelecidas durante seu mandato e, principalmente pelo apoio econômico recebido no período eleitoral, são fundamentais para elegê-los para esse espaço de poder. Assim, mantendo-se o grupo político pertencente à base do governo municipal, a maioria dos vereadores utiliza-se do espaço legislativo a fim de garantir governabilidade ao executivo.

Apesar de a lei orgânica municipal e o regimento interno determinarem quais são as funções legislativas, muitos vereadores utilizam-se essencialmente da função do assessoramento, que é uma das funções do vereador como atuação central do mandato. Conseqüentemente a produção legislativa está prejudicada, pois ao realizar a função, e a partir dela encaminhar as demandas, acaba construindo uma relação de trocas entre vereador, eleitor e executivo.

Assim como no Brasil, a relação de trocas eleitorais em Chapecó vem desde o período coronelista com predomínio do mandonismo local. Os votos que eram trocados por sapatos, vestidos, tijolos, cimento, pirão, cachaça, etc, passam a ser trocados, na atualidade, por caixa, denominação de vias públicas, passagens, ônibus para velório, título de honra e homenagem,

nomeação em cargos de confiança, indicação de emprego em empresas, dinheiro e empréstimo, consultas médicas, cesta básica, serviços públicos, compra de rifas, moções de condolências, remédios, etc. O que antes era feito para garantir o predomínio dos coronéis, hoje é para garantir-se no espaço legislativo.

Foi possível identificar as demandas levantadas pelos eleitores e problematiza-las a partir das relações clientelistas estabelecidas entre vereador, eleitor e poder executivo no município de Chapecó. Algumas demandas são de ordem coletiva, muitas outras são de ordem pessoal. Existem as demandas que o vereador atende diretamente, com a estrutura que possui no gabinete e muitas vezes com recursos financeiros próprios, e há outras tantas que ele atende a partir do acesso que tem no poder executivo, efetivando a rede de trocas com o executivo municipal e o eleitor. Portanto, a capacidade que o poder público tem para atender a maioria das demandas torna-se fundamental para que a rede de favores e trocas clientelistas se mantenham, tanto por parte do eleitor com o vereador quanto do vereador com o executivo municipal.

Embora se perceba uma preponderância do Executivo sobre o Legislativo apontando para o poder de agenda do Executivo em detrimento das limitações constitucionais dos vereadores no processo legislativo, os resultados legislativos não podem ser lidos de maneira simplista. A negociação política se torna um elemento complexo, pois alguns incentivos institucionais do Executivo para o Legislativo se estabelecem com o intuito de buscar no legislativo a cooperação para a aprovação de sua agenda. Ou seja, o que se percebe é que o papel do vereador determinado regimentalmente dá lugar para as negociações clientelistas e práticas fisiológicas de políticos essencialmente preocupados em legislar para garantirem a manutenção de seus redutos eleitorais e, conseqüentemente, a busca de sua reeleição.

Diante dos elementos apresentados, observa-se que a relação das práticas estabelecidas pelos vereadores no legislativo se dá na mesma forma lógica com que os coronéis negociavam o voto da sua base eleitoral em troca da manutenção dos mesmos no poder local em outros períodos da história. As práticas não são as mesmas, elas se moldaram aos novos contextos.

Foi possível perceber a partir deste trabalho que há no legislativo municipal uma continuidade de tal prática na relação do vereador com a sua base eleitoral e ao executivo. No caso dos vereadores de situação, a troca do apoio ao executivo na Câmara é dada mediante a forma como os pedidos, as pautas e reivindicações das suas bases eleitorais são atendidas pelo executivo, tornando essa prática clientelista mais clara e direta, pois seu acesso ao prefeito, secretários e departamentos torna-se diferenciada e o encaminhamento terá prioridade. Ou seja,

se trata de um vereador que trabalha em apoio ao executivo municipal e ajuda a governar a cidade. Em contrapartida, os votos necessários para a aprovação dos projetos do executivo municipal estarão assim garantidos na Câmara.

Já para os vereadores de oposição, o ideal seria que o posicionamento dos parlamentares na Casa Legislativa sempre fosse pautado pelo interesse da coletividade (isto é, pela racionalidade na análise dos projetos), e não apenas em termos partidários, da disputa política, ou defesa incondicional do governo. Mesmo assim, para os vereadores de oposição, embora o cargo permita ter o mesmo acesso principalmente aos setores da administração pública, a relação de troca existe não para o executivo obter o voto em seu favor na Câmara, mas sim construir uma relação mais cordial para que a oposição amenize a disputa contra seus projetos no legislativo.

Diante do que foi apresentado nas entrevistas, foi possível observar que com a ampliação da representatividade partidária, mesmo os chamados vereadores ideológicos, com raras exceções, também estabelecem relações de troca com o executivo municipal. Por mais impessoais que sejam as trocas, as práticas clientelistas andam concomitantemente com a atuação dos vereadores e as relações por eles estabelecidas, buscando de fato constituir relações para permanecer nesse espaço de poder. É nesse sentido que as práticas clientelistas são constantemente reafirmadas, pois mesmo não havendo um pedido explícito para que o eleitor retribua uma solicitação encaminhada pelo vereador, é possível perceber que em nome de uma lealdade os eleitores retribuem em votos os favores atendidos.

Conclui-se, portanto, que se estabelece uma relação de “obrigatoriedade” entre vereador, eleitor e executivo, ao fato de que o vereador é “obrigado” a retribuir o atendimento do executivo, tendo, dessa forma, seu voto favorável no legislativo em relação a agenda do Executivo Municipal. Enquanto por parte do eleitor, a obrigatoriedade de retribuir com o voto na próxima eleição é condicionada a partir do atendimento de sua solicitação, pedido, favor etc. criando-se, assim, uma rede de favores que garantirá os votos necessários para a vitória eleitoral dos seus candidatos.

A cultura política reproduzida até o momento da troca de favores e a utilização do voto como moeda de troca no processo eleitoral torna-se um comportamento comum para vereadores e eleitores. A educação pode ter papel fundamental para a construção de uma nova cultura e de novos comportamentos políticos. A construção de uma política alicerçada aos verdadeiros conceitos e valores de que o bem público deve estar a serviço de todos de forma igualitária e

sem privilégios para alguns, garantindo, portanto, a moralidade ao que é público e ao que é de todos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luiz Eduardo de Lacerda. **A corrupção e a prática política.** In **Anuário Antropológico/95.** Rio de Janeiro, 1996.
- BAHIA, Luiz Henrique Nunes. **O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- BARBOSA, Antonio José. **O Poder Legislativo no Brasil.** Disponível em <http://www12.senado.gov.br/jovemsenador/arquivos/o-poder-legislativo-no-brasil>
- BARNABÉ, Israel Roberto. **Elite, classe social e poder local.** In Estudos de **Sociologia.** v. 4, n. 7 (1999). Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/384>. Acesso em 20/10/2015
- BELLANI, Eli Maria. **O vereador no poder legislativo do município de Chapecó-SC: considerações para a historiografia catarinense.** Chapecó: Grafopel Serviços Gráficos – Seara – SC, 2003.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”: Política, Favor e Dependência Pessoal.** Rio de Janeiro: RelumeDumará: Núcleo de Antropologia Política, 1999.
- _____. **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais. 1995.
- BOTTON, Jane G. Corrêa. BALBINOTT, Lenita Peruzzo. **A Participação das mulheres no cenário político Chapecoense.** In Os partidos políticos e a elite Chapecoense: um estudo de poder local – 1945-1965. Chapecó: Argos, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 47^a ed – Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.
- _____. **LEI Nº 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm
- BRAGA, Rogério Piccino. **A relação de submissão entre os poderes legislativo e executivo como impeditivo ao desenvolvimento de políticas públicas e à efetividade dos direitos fundamentais.** In Revista de Direito da Faculdade Integrada de Jaú, disponível em <http://revistadedireito.fundacaojau.edu.br/artigos/11.pdf>
- CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma Discussão Conceitual.** Rio de Janeiro, v 40, n. 2, p., 1997. Disponível a partir <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de junho de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.
- CHAPECÓ. **Regimento Interno.** Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó-SC, 2011.

_____. **Lei Orgânica Municipal.** Disponível em:
<http://www.cmc.sc.gov.br/2012/index.php/expediente/area-de-downloads/category/5-diversos?download=14:lom-lei-organica-municipal>

COSTA, Neusa Meirelles; MELO, José Marques de (org). **Poder local e populismo.** In Populismo e Comunicação, Intercom – São Paulo: Cortez, 1981.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do Patronato Brasileiro.** 5ed. – São Paulo: Globo, 2012.

FELISBINO, Riberti de Almeida. **Atores e práticas na relação executivo-legislativo municipal: o caso do município de Mogi Mirim (SP) em dois contextos democráticos (1946-1964 e pós-1988).** Rev. OMNIA HUMANAS, v. 2, n. 1, 27-47, Janeiro/Junho de 2009.

FERREIRA, Mariana Carnaes. **O clientelismo e os cargos comissionados: Impacto e eficiência na Administração Pública.** ABDET – academia Brasileira de direito do estado. Disponível em <http://abdet.com.br/site/o-clientelismo-e-os-cargos-comissionados-impacto-na-eficiencia-da-administracao-publica/> Acesso em 30/07/15.

GONÇALVES, Marcos Flávio R. / [coordenação]. **O Vereador e a câmara municipal,** 4.ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2014.

HASS, Monica; RADIM, José Carlos (Org). História da Fronteira Sul. **Do coronelismo tradicional ao novo coronelismo: reflexões a partir do cenário político e social do oeste de Santa Catarina.** Porto Alegre: Letra e Vid: Chapecó: UFFS, 2015.

HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite Chapecoense: um estudo de poder local – 1945-1965.** Chapecó: Argos, 2000.

_____. **Partidos, eleições e voto: O comportamento eleitoral em Santa Catarina.** Chapecó: Argos, 2003.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O Coronelismo uma política de compromissos.** 4ªed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

KUSCHNIR, Karina. **O Cotidiano da política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. **Eleições e representação no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: RelumeDumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia Política, 1999.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 7ª ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOPEZ, FELIX G. **A Política cotidiana dos vereadores e as relações entre Executivo e Legislativo em âmbito municipal: O caso do município de Araruama.** Revista de Sociologia e Política Nº 22: 153-177 JUN. 2004.

MIGUEL, LUÍS FELIPE. **Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis na eleição para o congresso brasileiro.** Revista de Sociologia e Política, Nº 20: 115-134 JUN. 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 31 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática Política do Brasil: Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático**. 4 ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. **O municipalismo e a cultura política brasileira**. 1999. *Revista de Ciência Política*. Disponível em http://www.achegas.net/numero/quatorze/otair_oliveira_14.htm. Acesso em 15/10/15.

OLIVEIRA, Bruno Coutinho de Souza. **Do clientelismo ao "habitus" precário: permanências e perspectivas para política no Rio de Janeiro**. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 2801, 3 mar. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/18608>>. Acesso em: 22 out. 2015.

PASE, Hemerson Luiz, MULLER, Matheus MORAIS e Jennifer Azambuja. **O clientelismo nos pequenos municípios brasileiro**. In *Pensamento Plural* – Pelotas, 2012. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3591/2931>. Acesso em 21/10/2015.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na Classe política Brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.

SILVA, Bruno Souza da. **Legislativos municipais: Balanço da produção recente na Ciência Política Brasileira e suas implicações metodológicas**. In *Anais III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política*. Curitiba, 2013.

SILVA, Karla Maria Da. **O poder municipal e as práticas mercantilistas no mundo colonial: um estudo sobre a câmara municipal de São Paulo – 1780-1822**. ASSIS 2011, 155 f.

VASCONCELOS JÚNIOR, Marcos de Oliveira. **O federalismo e a posição do município no estado federal brasileiro**. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 17, n. 3107, 3 jan. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/20774>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. 18ed. – São Paulo: Cultrix, 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE 01.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROFESSORA ORIENTADORA: MONICA HASS
CONTATO:monica@uffs.edu.br

Essa atividade envolve a realização de entrevistas com vereadores/as e a problematização de alguns temas discutidos e relacionados ao Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico Jaques de Toledo com o tema “O Papel do Legislativo Chapecoense: Limites e Possibilidades”.

ROTEIRO ORIENTADOR DAS ENTREVISTAS:

1. PERFIL DOS VEREADORES:

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Formação:

1.4 Profissão:

1.5 Partido ao qual pertence: (Verificar se já pertenceu a outros partidos)

1.6 Quantos mandatos exerceram? Ou é o primeiro mandato?

1.7 Participa ou já participou de associações comunitárias, entidades, clubes de serviço, etc?
Quais?

1.8 Já participou de alguma formação para os vereadores? Quais e onde?

2. NO SEU ENTENDIMENTO, QUAL O PAPEL/FUNÇÃO DO VEREADOR?

3. COMO SE DÁ O PROCESSO LEGISLATIVO. COMO É PENSADA, ARTICULADA E APROVADA A ELABORAÇÃO DE UMA LEI POR PARTE DOS VEREADORES?

4. EM QUE ÁREA/SETOR DA SOCIEDADE QUE O SEU MANDATO ESTÁ FOCADO?

5. O SENHOR/A TEM UMA BASE ELEITORAL? QUAL OU QUAIS?

6. QUAL A RELAÇÃO DA SUA BASE ELEITORAL COM A SUA ATUAÇÃO NO LEGISLATIVO?

7. OS SEUS ELEITORES COSTUMAM FAZ/FEZ SOLICITAÇÕES DE PEDIDOS, AUXÍLIOS PARA VOCÊ? () Sim () Não

7.1 Se sim, qual/quais?

7.2 Local da solicitação: () Gabinete Câmara; () Festas. () Internet () Outro

7.3 Geralmente são atendidos () Sim () Não

7.4 Por que?

8. QUAIS AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO VEREADOR, TANTO NA CÂMARA COMO EM OUTROS ESPAÇOS DA SOCIEDADE?

9. QUANTOS PROJETOS DE LEIS VOCÊ APRESENTOU ATÉ JULHO DE 2015? QUAIS OS PRINCIPAIS?

10. COMO VOCÊ/SENHOR ANALISA A RELAÇÃO DO PODER EXECUTIVO COM O LEGISLATIVO DA CIDADE?

11. VOCE CONCORDA COM A REDUÇÃO DE VEREADORES NA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ?

11.1 () Sim () Não

11.2 Por que?

APÊNDICE 02.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ**



TERMO DE CONSENTIMENTO

Você está sendo convidado para participar de um trabalho que envolve a realização de entrevistas com vereadores para o Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico Jaques de Toledo, do curso de Ciências Sociais da UFES com o Tema “O papel do legislativo chapecoense: relações, limites e possibilidades”.

O objetivo desta entrevista é a problematização de alguns temas sobre o cotidiano, projetos, papel e relações dos vereadores de Chapecó. Todas as informações terão finalidade exclusiva para a elaboração do presente trabalho e o nome do entrevistado não será divulgado.

Entrevistador: Jaques de Toledo

Telefone contato: 4933293735/91620013

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO

Eu, _____,

RG _____,

CPF _____ abaixo assinado, concordo em

participar do estudo. Fui devidamente informado e esclarecido pelos pesquisadores sobre a entrevista e os procedimentos envolvidos.

Chapecó, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do entrevistado